



[Handwritten signature]

Relatório e Contas

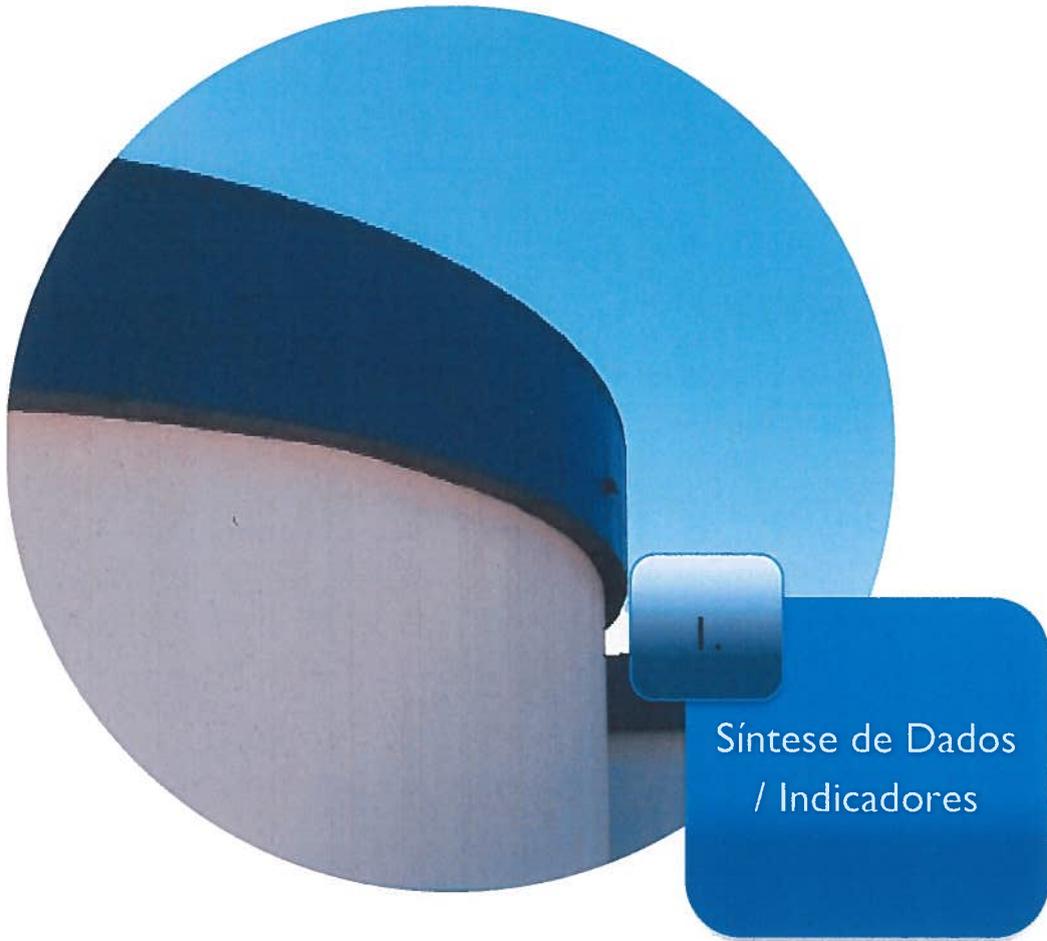
2015

Índice

1. Síntese de Dados / Indicadores,
2. Mensagem do Presidente,
3. Apresentação da Empresa,
 - 3.1 Breve Historial,
 - 3.2 Estrutura Acionista,
 - 3.3 Órgãos Sociais,
4. Missão e Posicionamento Estratégico,
 - 4.1 Missão,
 - 4.2 Visão,
 - 4.3 Valores,
 - 4.4 Objetivos Estratégicos,
5. Síntese da actividade de 2015,
 - 5.1 Factos Relevantes,
 - 5.2 Envolvente Exterior,
 - 5.3 Estrutura Organizacional,
 - 5.4 Desempenho da Empresa,
 - 5.5 Análise Económica Financeira,
6. Perspetivas para o Futuro,
7. Considerações Finais,
8. Outras Informações,
9. Proposta de Aplicação de Resultados,
10. Demonstrações Financeiras do Exercício de 2015 e Respetivo Anexo,
 - 10.1 Balanço,
 - 10.2 Demonstração dos Resultados,
 - 10.3 Demonstração Individual de Fluxos de Caixa,
 - 10.4 Demonstração Individual de Alteração de Capitais Próprios,
 - 10.5 Anexo
11. Relatório e parecer do Fiscal Único,
12. Certificação legal das contas,



Handwritten signature and initials in blue ink.



I. Síntese de Dados / Indicadores

Indicadores			
Financeiros	2013	2014	2015
Capital Social (€)	1.500.000	1.500.000	1.500.000
Ativo Líquido Total (€)	23.634.524	22.795.935	23.617.199
Volume de Negócios (€)	7.686.397	7.178.799	7.340.072
Volume de Negócios / Cliente (€)	354	333	340
Resultado Antes de Impostos (€)	882.466	473.299	-580.960
Resultado Líquido do Exercício (€)	639.758	318.750	-404.951
EBITDA (€)	1.909.615	1.432.236	1.468.959
Recursos Humanos	2013	2014	2015
Número de Colaboradores a 31/12	33	32	30
Colaboradores / 1000 clientes	1,52	1,48	1,39
Volume de Negócios / Colaborador	232.921	224.337	244.669
Comerciais	2013	2014	2015
Número de Clientes – Abastecimento de Água (un.)	21.716	21.558	21.571
Número de Clientes – Saneamento (un.)	18.328	18.323	18.348
Volume total de Água Faturada (m ³ /ano)	2.298.700	2.111.676	2.197.438
Volume Total de Efluentes Faturados (m ³ /ano)	1.679.846	1.601.246	1.610.684
Reclamações Médias Mensais/1000 Clientes (un.)	0,2	0,2	0,2
Percentagem de Água Adquirida/Captada e não Faturada	28,0%	29,1%	29,0%
Técnicos	2013	2014	2015
Volume Total de Água Adquirida (m ³ /ano)	3.104.793	2.901.610	3.031.510
Volume Total de Água Produzida (m ³ /ano)	121.374	108.670	113.068
Comprimento Total da Rede de Água (Km)	678	678	678
Comprimento Total da Rede de Saneamento (Km)	414	414	414
Reservatórios (un.)	62	62	62
Volume Total dos Reservatórios (m ³)	18.167	18.167	18.167
Estações Hidropressoras	41	41	41
Estações Elevatórias de Saneamento sob gestão direta da AdA (un.)	12	12	12

Handwritten signature in blue ink.



2.

Mensagem do
Presidente

2. Mensagem do Presidente

Conforme anunciámos no final de 2014, a Águas de Alenquer vive novamente um momento delicado da sua vida, mas que a atividade de 2015 e os acontecimentos estruturantes alcançados este ano permitem perspetivar o futuro com a convicção de estarmos a percorrer o ciclo frutuoso iniciado com o segundo aditamento ao Contrato de Concessão.

O Sector viveu em 2015 um ano de grandes alterações, mas também de novas oportunidades que carecem ainda de consolidação. A anunciada reestruturação do sector aconteceu e permitiu aliviar a pressão sobre os utilizadores municipais na região do Oeste reduzindo uma tarifa em alta que se posicionava como das mais elevadas do país. Foi introduzido um coeficiente de ajustamento no sistema de faturação da atividade de saneamento para o primeiro quinquénio de atividade da Águas de Lisboa e Vale do Tejo e limitados os volumes diários de faturação. Vimos firmado o compromisso de alteração da origem de água aos reservatórios de Vila Alta (Alenquer III) por parte da Águas de Lisboa e Vale do Tejo.

Alcançámos um acordo histórico com a Águas de Lisboa e Vale do Tejo que permite encerrar os processos judiciais entre as Partes e iniciar uma nova fase de relacionamento. Sobre esta tema, um profundo agradecimento aos nossos acionistas pelo suporte ao longo deste processo e pelo enorme esforço no reforço de capitais na Sociedade que a sua assinatura implicou, e irá continuar a implicar, para fazer face aos compromissos assumidos.

Continuam por determinar os volumes de infiltração no sistema em alta e o efeito das aflúncias indevidas, objetivos que têm de integrar o compromisso de melhoria sempre presente na nossa atividade diária e no empenho da nossa equipa.

Apesar da ligeira melhoria dos indicadores de atividade em 2015, em contraciclo com os anos anteriores, continuamos com desvios muito significativos face ao previsto no Contrato de Concessão, motivo que conduziu ao pedido de reequilíbrio económico-financeiro da Concessão apresentado em fevereiro de 2016 e que terá incontornavelmente de contemplar a resolução dos problemas associados às incrustações de calcário existentes na rede e a renovação da infraestrutura municipal, factos que não foram contemplados na última revisão do Contrato de Concessão.

João Faria Feliciano

Presidente do Conselho de Administração

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



3.

Apresentação da
Empresa

3. Apresentação da Empresa

3.1 Breve Historial

A AdA - Águas de Alenquer, S. A. (Águas de Alenquer) foi criada em 7 de outubro de 2003, tendo celebrado com o Município de Alenquer a 17 de novembro do mesmo ano o contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais de Alenquer. No dia 1 de janeiro de 2004 iniciou-se o Período de Funcionamento da Concessão, que decorrerá por 30 anos.

O seu objeto social consiste na exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e recolha, tratamento e rejeição de efluentes na área do município de Alenquer e a realização de obras necessárias à execução do Plano de Investimentos da concessionária.

No 1º ano de funcionamento da Concessão em 2004, foram consignadas as infraestruturas, que passavam para a responsabilidade da Águas de Alenquer, tendo sido o fornecimento de água assegurado pela EPAL até outubro desse ano, e transitado para a AdO - Águas do Oeste S.A. (Águas do Oeste) em novembro de 2004. A operação das ETAR foi realizada pela Águas de Alenquer, até 30 de julho de 2005 data em que se transferiu a responsabilidade para a Águas do Oeste, conforme previsto contratualmente.

O Regulamento Geral de Águas de Abastecimento e Águas Residuais do Município de Alenquer foi aprovado na reunião de Câmara de 12 de dezembro de 2005 e publicado no Apêndice n.º 19 da II Série do Diário da República de 24 de fevereiro de 2006.

No último trimestre de 2006, após o cumprimento de todas as formalidades necessárias, a Construções Pragosa, S. A. vendeu a sua posição a outra empresa do Universo Pragosa: a Ecobrejo – Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente, S. A.

Em setembro de 2007 foi aprovado o reequilíbrio económico-financeiro da concessão pela Câmara Municipal de Alenquer, tendo como razão principal o aumento dos custos associados à Águas do Oeste não contemplado no contrato de concessão. O aditamento ao Contrato de Concessão foi celebrado no dia 12 de março de 2008.

O Plano de Investimentos foi concluído em 2008, com a exceção de um reservatório pendente da recuperação dos custos incorridos com as incrustações de calcário na rede de abastecimento de água. A conclusão do Plano de Investimentos permitiu atingir uma taxa de cobertura ao nível do sistema de abastecimento de água de aproximadamente 100% e de 85% ao nível do Saneamento. De realçar que a Águas de Alenquer assegura um serviço regular de limpeza de fossas sépticas domésticas, o que permite escoar para tratamento e destino final adequado os efluentes produzidos nas zonas dispersas sem rede de drenagem, garantindo assim os objetivos de serviço fixados no âmbito dos Planos Estratégicos Nacionais para o sector do ambiente.

Foi concluída a implementação do sistema SIG e a sua articulação com o Aquamatrix (sistema de gestão de clientes), otimizando assim duas importantes ferramentas operacionais.

Desde o dia 13 de outubro de 2008, a empresa é certificada em Qualidade, Ambiente e Segurança de acordo com as normas “NP EN ISO 9001:2000”, “OHSAS 18001/NP 4397 (2001)” e “NP EN ISO 14001:2004” certificação essa emitida pela empresa EIC. A certificação foi revalidada pela segunda vez nos três

referenciais em março de 2014, demonstrando o empenho da Sociedade na manutenção da acreditação e na melhoria contínua do seu sistema integrado de gestão.

No dia 24 de julho de 2009 a Águas de Alenquer apresentou à Câmara Municipal de Alenquer, ao abrigo do disposto na Cláusula 88ª do Contrato de Concessão, um novo pedido de reposição do equilíbrio económico-financeiro da concessão. Nesse âmbito, durante o ano de 2010 decorreram as negociações da revisão do Contrato de Concessão, tendo sido estabilizada entre as partes uma minuta de aditamento apresentada à Entidade Reguladora em janeiro de 2011. O Segundo Aditamento ao Contrato de Concessão foi assinado a 16 de novembro de 2011, concluído o processo de aprovação nos órgãos municipais competentes. Este aditamento assegura a necessária adaptação à nova legislação do sector e imprime uma maior proximidade e compromisso junto dos utilizadores, através da fixação de níveis de serviços e adequação da estrutura tarifária, com a inclusão de um tarifário social e de um tarifário para famílias numerosas. O Segundo Aditamento ao Contrato de Concessão teve a sua aplicação a partir do dia 1 de janeiro de 2012.

A resolução dos problemas das incrustações de calcário na rede de abastecimento de água não está contemplada neste aditamento, continuando o Município a liderar este processo junto das diferentes entidades envolvidas. Nesse sentido, foi estabelecido um acordo de princípio entre as Partes, que mantém a pendência da reclamação administrativa apresentada em julho de 2009 no que concerne aos problemas resultantes das incrustações de calcário na rede de abastecimento de água e fixa um período conciliatório com vista à definição das regras tendentes à resolução completa e definitiva desta questão. Este acordo quantifica ainda a compensação por perda real de faturação no valor de 383.550 € verificada por atraso na entrada em operação das infraestruturas da Águas do Oeste no município de Alenquer.

Como contributo para a resolução dos problemas das incrustações de calcário na rede de abastecimento de água, a Águas de Alenquer promoveu, em articulação com o Município, um estudo técnico de caracterização e avaliação das anomalias no funcionamento das redes de abastecimento de água de Alenquer e foi apresentada à Águas do Oeste uma proposta de alteração da origem de água ao reservatório de Vila Alta.

Em fevereiro de 2013 foi publicado o novo Regulamento Municipal (Regulamento Geral de Águas de Abastecimento e Águas Residuais do Município de Alenquer), encerrando assim a adaptação ao D.L. 194/2009 de 20 de agosto.

A entrada em vigor do Segundo Aditamento ao Contrato de Concessão permitiu a melhoria dos princípios indicadores económico-financeiros da concessionária apesar da degradação do tecido empresarial local e da redução de consumos e consumidores verificada de forma generalizada. Essa degradação, a procura de soluções alternativas de abastecimento de água e a diminuição do poder de compra das famílias traduziu-se numa quebra acentuada de consumos e consumidores. Esta quebra de consumos e consumidores anulou o resultado das ações de melhoria e de monitorização implementadas e os ganhos operacionais obtidos. Tal facto traduz-se no final de 2015, e pelo terceiro ano consecutivo, num desvio superior a 20% face ao contratualmente definido (desvio de 27,6% em 2015). Recorde-se que uma diminuição inferior ou igual a 20% dos caudais totais anuais de águas de abastecimento, em relação aos valores previstos para o ano em causa no Processo de Concurso, é um evento gerador de reequilíbrio do Contrato nos termos da Cláusula 88ª do Contrato de Concessão.

[Handwritten signature and initials]

Com a publicação do novo Regulamento Municipal foi iniciada uma campanha de caracterização dos efluentes de origem industrial e realizadas ações de fiscalização regulares com as três entidades envolvidas: Município de Alenquer, Águas do Oeste e Águas de Alenquer, contribuindo assim para a melhoria do desempenho ambiental dos sistemas de drenagem e de tratamento, promovendo a adequação dos efluentes industriais às condições regulamentares de descarga.

Durante o ano de 2015 procedeu-se à regularização da transmissão de Ação detida pela AGS – Administração de Sistema de Salubridade, S.A. com a sua transmissão para a AGS – Hidurbe – Serviços Ambientais, S.A. regularizando assim o processo de compra de uma ação à Somague Ambiente, SGPS, S.A. realizado no ano de 2014.

Em maio de 2015, é publicado o Decreto-Lei n.º 94/2015 que cria o novo sistema multimunicipal, em substituição de oito sistemas multimunicipais existentes, incluindo o Sistema Multimunicipal do Oeste, e a nova entidade gestora desse sistema – a Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A. (LVT) – que sucede nos direitos e obrigações às oito entidades gestoras anteriormente existentes, integrando assim a Águas do Oeste. O referido decreto-lei e as suas consequências, entraram em vigor a partir do dia 30 de junho de 2015, traduzindo-se em dois efeitos imediatos: alteração das tarifas e alteração da metodologia de medição de caudais para efeitos de faturação (faturação com base em caudais reais vs a anterior metodologia de faturação com base em valores mínimos garantidos).

Com a Águas de Lisboa e Vale do Tejo foi estabelecido um processo negocial com vista ao estabelecimento de um plano de pagamento viável e ao encerramento dos processos judiciais existentes entre as Partes. Nesse âmbito foi celebrado um Acordo a 30 de novembro de 2015 que estabelece um plano de pagamentos para liquidação da totalidade da dívida e o compromisso da Águas de Lisboa e Vale do Tejo na alteração da origem de água associada ao ponto de entrega da Zona III (Alenquer III - reservatório de Vila Alta). O Acordo alcançado prevê ainda a extinção dos processos judiciais pendentes entre as Partes no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa e no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria e só foi possível graças ao suporte e a um enorme esforço acionista.

Três notas finais sobre a Concessão: i) a primeira relacionada com os problemas resultantes das incrustações de calcário na rede municipal de abastecimento de água que condicionam o regular abastecimento de água à área de influência da origem de água da Zona III (reservatório de Vila Alta); ii) O impacto da faturação em alta da atividade de saneamento com base em caudais reais sem a necessária correção dos caudais de infiltração nos emissários e a remodelação das redes unitárias existentes; iii) A reposição do equilíbrio económico-financeiro do Contrato de Concessão, com base na Cláusula 88ª do Contrato de Concessão, com desvios na procura superiores a 20% desde 2013.

3.2 Estrutura Acionista

Identificação:	AdA - Águas de Alenquer S.A.
Sede Social:	Rua do Convento de São Julião n.º 95, Carapinha/ Alenquer
Pessoa Coletiva	506 353 397
Capital Social	1.500.000 €
Inscrição na C.R.C de Alenquer n.º	02202/031023

Estrutura Acionista	Participação
Aquapor - Serviços, S.A.	39,9997%
AGS - Administração e Gestão de Sistemas de Salubridades, S.A.	39,9997%
Ecobrejo - Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente, S.A.	20,0000%
AGS - Hidurbe, Serviços Ambientais S.A.	0,0003%
Luságua - Gestão de Águas, S.A.	0,0003%

[Handwritten signature]

3.3 Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Dr.^a Filipa Pinto Basto Sousa de Macedo Ravasco Mendes

Vice-presidente: Maria da Piedade Rosa Pragosa Moreira

Secretária: Dr.^a Susana Daniela Simões da Silva Braga

Conselho de Administração

Presidente: Eng.º João Pedro Faria Feliciano

Vogais: Eng.º Paulo Jorge Almeida Oliveira

Eng.º Altino Barbosa da Conceição

Eng.º Tiago Azevedo Fernandes de Carvalho

Dr. António José Martins Sousa Lucas

Fiscal Único

“Ernst & Young” Audit & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.,

representada por:

Dr. Paulo Jorge Luís da Silva

Dr. João Carlos Miguel Alves (Suplente)

Handwritten signature



4.
Missão e
Posicionamento
Estratégico

4. Missão e Posicionamento Estratégico

4.1 Missão

Satisfazer as necessidades no domínio do abastecimento de água e saneamento de forma eficiente, garantindo o abastecimento em quantidade e qualidade, promovendo elevados índices de satisfação das populações, potenciando a sua atividade como ferramenta de apoio ao desenvolvimento económico e social a nível local e assegurando a preservação do ambiente.

4.2 Visão

Ser uma Concessão que se constitua como *benchmark* nacional na relação custo/eficiência do serviço. Ser uma empresa que transmita confiança aos seus Clientes e onde os Colaboradores se orgulhem de trabalhar.

4.3 Valores

Com uma cultura própria, os Acionistas da Águas de Alenquer têm sabido escolher um percurso vencedor. Pretendemos inculcar essa cultura através da assunção dos seguintes valores para as nossas empresas participadas:

- Dinamismo e Profissionalismo
- Espírito de Equipa
- Criação de valor
- Respeito pelo ambiente
- Ética
- Estabilidade

4.4 Objetivos Estratégicos

Os objetivos estratégicos, ordenados pelas diferentes áreas da empresa, são os seguintes:

Global:

- Cumprir o contrato de concessão e fomentar o bom relacionamento com a Entidade Concedente;
- Adequar todos os contratos associados ao contrato de concessão às necessidades da empresa;
- Promover a eficácia na gestão;
- Contribuir para o desenvolvimento económico e social da região e promover a integração da Águas de Alenquer na comunidade Alenquerense.

Recursos Humanos:

- Otimizar a formação dos colaboradores da empresa ultrapassando as 35 horas por colaborador e por ano previstas na lei;
- Aperfeiçoamento do sistema de avaliação de desempenho;
- Potenciar as competências da empresa;
- Incentivar a comunicação interna e o espírito de equipa;
- Criar mecanismos de coordenação e de partilha de informação.

Área Técnica:

- Assegurar a fiabilidade no abastecimento de água e recolha de águas residuais;
- Garantir uma adequada qualidade da água distribuída;
- Cumprir o plano de investimentos e de manutenção previsto;
- Reduzir o número de consumos ilegais;
- Assegurar a inexistência de extravasamentos de águas residuais domésticas na rede de saneamento;
- Redução das perdas de água na rede de abastecimento.

Área Comercial:

- Promover a excelência na qualidade do serviço e melhorar a qualidade de vida dos nossos clientes;
- Desenvolver novos produtos e serviços procurando a satisfação do cliente;
- Aumentar a notoriedade da empresa e o conhecimento do mercado, como alavanca à expansão do negócio;
- Promover a implementação de uma nova estrutura tarifária mais adequada aos interesses dos nossos clientes;

Área Financeira:

- Maximizar a criação de valor;
- Maximizar os proveitos operacionais;
- Otimizar os custos da estrutura;

Qualidade:

- Promover a melhoria contínua;
- Manter a certificação da Qualidade, Ambiente e Segurança.



[Handwritten mark]

[Handwritten signature]



5.

Síntese da
Atividade 2015



5. Síntese da atividade de 2015

5.1 Factos Relevantes

Resumem-se os factos mais relevantes ocorridos em 2015 com implicação no negócio e na situação global da empresa:

- Estabilização do número de clientes, decrescente desde 2011, e um ligeiro aumento de consumo baseado nas características do ano hidrológico verificado em 2015;
- Não atualização do tarifário: O Município de Alenquer não promoveu a atualização tarifária por falta de parecer da Entidade Reguladora de Águas e Resíduos (ERSAR);
- Conclusão do ajustamento trienal da tarifa de resíduos urbanos iniciado em 2013, com reflexo na fatura da Águas de Alenquer;
- Problemas operacionais derivados de incrustações de calcário na rede;
- Manutenção da Certificação ISO 9001; ISO 14001 e OHSAS 18001;
- Programa de Gestão Patrimonial de Infraestruturas (GPI);
- Programa do Plano de Segurança da Água (PSA);
- Programa de Gestão de Caudais Indevidos (GCI);
- Encerramento da iniciativa nacional para o controlo eficiente de perdas – iPerdas promovida pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil e onde a Águas de Alenquer participou;
- Caracterização de efluentes de origem industrial em articulação com o Município e a Águas de Lisboa e Vale do Tejo;
- Introdução de novas ferramentas operacionais para a melhoria do desempenho da empresa (Monitor - monitorização de caudais em tempo real e WorkWise - gestão de ordens de serviço);
- Oposição conjunta ao modelo de medição de caudais de águas residuais proposto por Águas do Oeste, e posteriormente por Águas de Lisboa e Vale do Tejo, para o município de Alenquer;
- Celebração com o suporte acionistas de um Acordo com a Águas de Lisboa e Vale do Tejo para pagamento da totalidade da dívida existente e a extinção da instância nos processos judiciais existentes entre as Partes.

Com influência na atividade da empresa é ainda de destacar a reestruturação do sector e a criação do Sistema Multimunicipal de Lisboa e Vale do Tejo, concessionado à Águas de Lisboa e Vale do Tejo que sucede à Águas do Oeste.

5.2 Envolve Exterior

5.2.1 Enquadramento Macroeconómico

Geral

No decorrer do ano de 2015 assistimos a uma recuperação da economia portuguesa a um ritmo relativamente moderado. No primeiro semestre do ano verificou-se um crescimento do PIB de 1.6% face ao período homólogo, decorrente da aceleração da procura interna e das exportações, com um ligeiro decréscimo no segundo semestre do ano que encerra nos 1.5%.

As economias da Zona Euro continuaram a beneficiar de taxas de juro que atingiram mínimos históricos, tendo encerrado mesmo negativas para os valores de referência a três e seis meses; ambas as taxas tiveram uma redução de 0.21% (vide tabela).

	2013	2014	2015
Euribor 1M	0,22%	0,02%	-0,21%
Euribor 3M	0,29%	0,08%	-0,13%
Euribor 6M	0,39%	0,17%	-0,04%
Euribor 12M	0,56%	0,33%	0,06%

Fonte: EMMI (valores de fim de período)

O preço do petróleo apresentou desde o segundo semestre de 2014 uma queda muito significativa, situando-se o Brent abaixo dos 40 Euros/Barril no final do ano de 2015.

Numa economia importadora de petróleo, como é o caso da economia portuguesa, a redução do preço do petróleo tem um impacto positivo sobre o crescimento do PIB, através da redução dos custos de produção e de transporte e da sua transmissão aos preços no consumidor. O impacto sobre os preços do consumidor reflete quer o efeito direto proveniente da redução do preço dos produtos derivados do petróleo quer o efeito indireto resultante da redução do custo de produção de outros bens. As economias da Zona Euro continuaram a beneficiar de taxas de juro que atingiram mínimos históricos, tendo encerrado mesmo negativas para os valores de referência a três e seis meses; ambas as taxas tiveram uma redução de 0.21%.

Portugal

O atual ritmo de recuperação da economia portuguesa tem sido relativamente moderado, tendo em conta a contração dos últimos anos.

Em 2015, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma variação média anual de 0.5%, o que representa um aumento de 0.8% face aos valores de 2014.

A taxa de variação média anual do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) situou-se em 0.5%, (aumento de 0.7% face ao ano de 2014).

Apresentam-se em seguida as taxas de variação anual dos principais indicadores económicos, com base na informação do Banco de Portugal e do INE:

	2013	2014	2015
PIB	(1,4%)	0,9%	1,5%
IPC	0,3%	(0,3%)	0,5%
IHPC	0,4%	(0,2%)	0,5%
Desemprego	16,2%	13,9%	12,2%
Consumo Privado*	(1,4%)	2,1%	2,7%
Consumo Público*	(1,9%)	(0,1%)	0,1%
Exportações*	6,4%	2,9%	5,3%
Importações*	3,6%	5,3%	7,3%

Fonte: Banco de Portugal e
INE
* Dados 3Trimestre de 2015

A taxa média de desemprego em 2015 ascendeu a 12.2%, menos 1.7% do que no período homólogo.

Relativamente ao comércio internacional, e de acordo com a informação divulgada pelo INE, verificamos uma aceleração das exportações de 2.4% e importações num total de 2%.

(Handwritten marks and signature)

A evolução das tarifas de energia elétrica de venda a clientes finais em Portugal Continental mostra um aumento em todos os níveis:

	2013	2014	2015
Média Tensão	149	155	161
Baixa Tensão Especial	162	169	175
Baixa Tensão Normal	138	142	146

Fonte: ERSE; Em 2013 todos os preços apresentados correspondem a tarifas transitórias

No que diz respeito ao enquadramento internacional, as atuais projeções antecipam uma recuperação do PIB e do comércio mundial para os anos de 2016 e 2017 após a desaceleração observada em 2015.

A procura externa dirigida à economia portuguesa deverá aumentar, refletindo a aceleração da economia mundial, principalmente dos mercados fora da zona euro. A procura interna deverá apresentar um crescimento robusto, compatível com a redução da alavancagem das famílias e empresas não financeiras.

5.2.2 Enquadramento do Setor 2015

Em termos do enquadramento do sector ao nível internacional, a acessibilidade dos serviços de fornecimento de água potável e saneamento de águas residuais, a eficiência dos sistemas e a utilização racional e sustentável dos recursos continuaram a marcar a agenda mundial, constituindo especial preocupação das Nações Unidas, Organização Mundial de Saúde e ONGs.

Tendo como base os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, as Nações Unidas aprovaram em 2015 a nova agenda 2030 e os respetivos “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, onde se estabelece até 2030:

- Alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos;
- Alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos;
- Melhorar a qualidade da água e redução da poluição, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização;
- Aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água;
- Implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado;
- Proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água;
- Ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e saneamento;
- Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento.

Ao nível Nacional, em 2015 destacam-se, pela sua relevância na alteração do sector empresarial relacionado, dois acontecimentos:

- Conclusão do processo de privatização da Empresa Geral do Fomento, SA (EGF);
- Agregação de sistemas multimunicipais dos serviços de águas em alta;
- Início dos processos de harmonização tarifária.

Portugal – Enquadramento legislativo

Durante os anos de 2013, 2014 e 2015, o Governo Português publicou um conjunto de diplomas e planos estratégicos que constituem o enquadramento legal e institucional para uma mudança que já peca por não ter acontecido há longos anos: a reestruturação de um setor com fortes desequilíbrios económico-financeiros.

Efetivamente, durante 2013 foram aprovados e publicados dois importantes diplomas: a Lei n.º 35/2013, de 11 de junho, que altera a chamada Lei de Delimitação de Sectores, e um mês depois, o Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, que procede à revogação do decreto-lei 379/93, de 5 de novembro e cria o novo regime jurídico de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de água e saneamento.

Pode ler-se na exposição dos motivos destes dois diplomas que a linha de atuação projetada pelo Governo assenta na:

- Promoção do equilíbrio tarifário,
- Resolução dos défices tarifários,
- Implementação de estratégias de integração vertical dos sistemas municipais, e
- Agregação dos sistemas multimunicipais existentes em sistemas novos de maior dimensão.

Concretamente na alteração da Lei de Delimitação de Sectores, o Governo considerou que o regime jurídico era especialmente limitativo no acesso da iniciativa privada à gestão de sistemas multimunicipais, e assim, a estratégia definida de maior abertura do subsector da água aos privados concretiza-se através da possibilidade das atuais concessionárias dos sistemas multimunicipais poderem subconcessionar tais atividades a privados.

O Estado mantém, contudo, a natureza pública dos sistemas multimunicipais, bem como os poderes de direção, autorização, aprovação, fiscalização e suspensão dos respetivos atos.

Em 2014, foram publicados os novos Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, através da Lei n.º 10/2014, de 6 de março. A ERSAR passou a ser uma entidade administrativa independente, com funções de regulação e de supervisão, dotada de autonomia de gestão e que tem por missão a regulação e a supervisão dos setores dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos. Realce-se pela positiva que a ERSAR é a partir de agora independente, não se encontrando sujeita a superintendência ou tutela governamental.

Foram também publicados a Lei n.º 12/2014, de 6 de março, que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 194/2009 no sentido de modificar os regimes de faturação e contraordenacional, e o Decreto-Lei n.º 114/2014, de 21 de julho, este último diploma denominado como “Lei da Fatura Detalhada”.

Já em 2015, o Governo aprovou o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais (PENSAAR 2020) através do Despacho n.º 4385/2015, do Secretário de Estado do Ambiente.

[Handwritten marks and signatures in blue ink on the right margin]

Igualmente em 2015, foram criados os novos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento do Centro Litoral de Portugal, do Norte de Portugal e de Lisboa e Vale do Tejo e cujos diplomas criam a sociedade Águas do Centro Litoral, S. A., a sociedade Águas do Norte, S. A., e a sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A., e atribuí-lhes as respetivas concessões da exploração e da gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento que consubstanciam um serviço público a exercer em regime de exclusivo.

A estratégia delineada pelo Governo, concretizada na publicação da Lei n.º 35/2013, de 11 de junho, e do Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, acima mencionada, assenta na agregação dos sistemas multimunicipais existentes em sistemas novos de maior dimensão, de forma a promover, na ótica do Governo, a obtenção de economias de escala que garantam a sustentabilidade económica, social e ambiental dos serviços e preservando sempre a sua natureza pública.

Relativamente à área dos resíduos, os anos de 2014 e 2015 foram talvez os mais ricos em mudanças da última década. Efetivamente, as profundas alterações legislativas, (foram publicados 37 diplomas legais e regulamentares), o PERSU 2020, a privatização da EGF, a alteração do Estatuto do Regulador, a criação dos Regulamentos Tarifários, o Compromisso para o Crescimento Verde e a Fiscalidade Verde e também o Plano nacional de Gestão dos Resíduos (PNGR), constituem uma verdadeira reforma do setor dos resíduos.

Portugal - Atividade do Setor 2015

Em Portugal existem 385 entidades gestoras, das quais 277 com atividade de abastecimento público de água (excluindo-se cerca de 85 microentidades formadas por Juntas de Freguesia ou associações de utilizadores), 283 com atividade de saneamento de águas residuais urbanas e 282 com atividade na gestão de resíduos urbanos.

O setor é caracterizado por uma grande diversidade de realidades, que se observam não só na escala e nos recursos das entidades gestoras, mas no próprio modelo de gestão adotado.

Segundo a ERSAR (RASARP, 2014), no abastecimento de água em alta, verifica-se que as concessões multimunicipais abrangem o maior número de municípios (167) e de população (4,9 milhões habitantes), sendo também o modelo que cobre a maior parte do território nacional, cerca de 70%.

No saneamento em “alta”, o tipo de modelo com maior representatividade também é o das concessões multimunicipais, com 196 municípios e 6,9 milhões de habitantes, abrangendo 76% da área territorial.

Entidades Gestoras em "Alta"	Água	Saneamento
Concessões Multimunicipais	11	16
Concessões Municipais	1	2
Delegações estatais	1	-
Parcerias Estado / Municípios	1	1
Empresas Municipais ou Intermunicipais	1	-
Juntas de freguesia/ Associação de utilizadores	-	-
Associações de Municípios	-	-
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	-	-
Serviços Municipais	-	-
TOTAL	15	19

Fonte: ERSAR, RASARP, 2014

As entidades gestoras "em baixa" são 347 no domínio do abastecimento de água, repartidas por 8 modelos de gestão e 264 no domínio do saneamento de águas residuais, repartidas por 5 modelos de gestão.

Nos serviços de abastecimento de água em "baixa", os serviços municipais são o modelo de gestão com maior representatividade, abrangendo 3 milhões de habitantes, seguindo-se os serviços municipalizados ou intermunicipalizados, com 2,3 milhões de habitantes, e as concessões municipais com cerca de 2 milhões de habitantes.

Ao nível do saneamento de águas residuais em "baixa", os serviços municipais têm a maior representatividade, abrangendo cerca de 3,8 milhões de habitantes e 197 municípios, seguindo-se concessões municipais (1,7 milhões de habitantes), as empresas municipais ou intermunicipais (1,8 milhões de habitantes) e os serviços municipalizados ou intermunicipalizados (2,3 milhões de habitantes).

Entidades Gestoras em "Baixa"	Água	Saneamento
Concessões Multimunicipais	1	-
Concessões Municipais	28	23
Delegações estatais	1	-
Parcerias Estado / Municípios	1	1
Empresas Municipais ou Intermunicipais	23	24
Juntas de Freguesia/ Associação de utilizadores	85	-
Associações de Municípios	-	-
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	20	19
Serviços Municipais	188	197
TOTAL	347	264

Fonte: ERSAR, RASARP, 2014

De acordo com a ERSAR a acessibilidade do serviço de abastecimento de água em baixa é boa para o território continental. Quanto ao saneamento, é boa nas áreas predominantemente urbanas e mediana nas áreas predominantemente rurais e mediamente urbanas:

Abastecimento de água em Portugal continental	
Serviço em baixa (para 90% das entidades)	
Acessibilidade física do serviço	95%
Área predominantemente urbana	100%
Área mediamente urbana	94%
Área predominantemente rural	92%

Fonte: ERSAR, RASARP, 2014

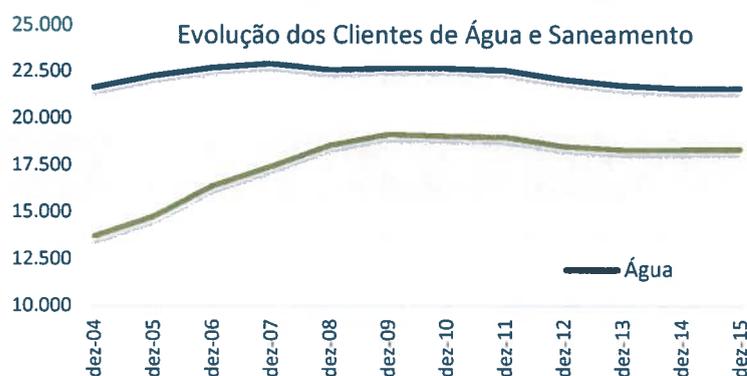
Saneamento de águas residuais em Portugal continental	
Serviço em baixa (para 89% das entidades)	
Acessibilidade física do serviço	83%
Área predominantemente urbana	97%
Área mediamente urbana	78%
Área predominantemente rural	70%

[Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin]

5.2.3 Enquadramento Comercial

Clientes de água e saneamento

Em 2015 verificou-se uma ligeira recuperação face à redução do número de clientes ativos verificada desde 2011. Esta tendência, preocupante, teve a sua maior expressão em 2012, mas tem-se mantido relativamente constante tendo a Concessão nesta data um número de clientes ligeiramente inferior aos existentes no ano de arranque em 2004 (21630 vs. 21571 utilizadores).

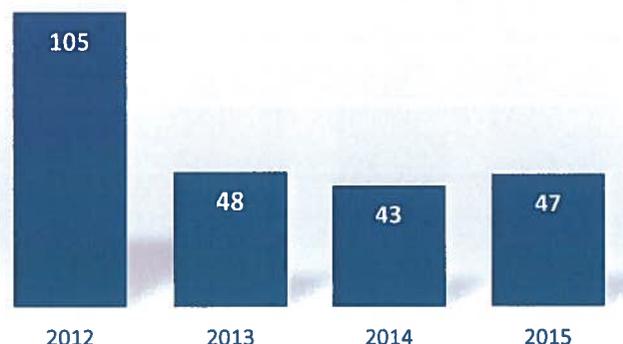


Para esta redução do número de cliente terá contribuído a evolução tarifária implementada em 2012, a variação da conta de terceiros na designada fatura da água, a situação socioeconómica do país e do Município, com o conseqüente aumento do desemprego e a redução do poder de compra das famílias, o regresso ao país de origem de alguma comunidade emigrante residente no concelho de Alenquer e a saída de população residente. A redução do número de segundas habitações e a estagnação do mercado imobiliário terão potenciado também esta situação. Apesar da redução do número de clientes, mantém-se a distribuição relativa do número de clientes por freguesia: aproximadamente 50% dos clientes nos centros urbanos de Alenquer e Carregado, e os restantes clientes distribuídos pelas freguesias não urbanas. Continua a verificar-se a tendência de redução do peso relativo dos clientes industriais relativamente aos clientes domésticos, resultante da degradação do tecido empresarial no Município e da procura de origens alternativas para utilização industrial.

O gráfico anterior apresenta a evolução anual do número de cliente de água e de saneamento, sendo de realçar que apesar da diminuição de clientes o peso relativo dos clientes de saneamento mantém-se estável (85%).

No seguimento da melhoria contínua dos procedimentos internos da empresa, manteve-se a tendência de redução do prazo médio de resposta a reclamações, 9 dias úteis, reduzindo assim o prazo de resposta aos utilizadores. Relativamente a 2014 verificou-se um acréscimo de 4 reclamações face ao ano anterior, no entanto, apesar deste ligeiro acréscimo o número de reclamações mantém-se em valores mínimos históricos. Refira-se ainda que das 47 reclamações rececionadas nos serviços da Águas de Alenquer, cerca de 67% foram consideradas indeferidas.

Registo de Reclamações



No quadro seguinte são apresentados alguns valores que caracterizam a atividade no período 2013-2015, com uma tendência de quebra do consumo médio mensal e quebra de novos contratos.

Indicadores Gestão de Clientes – Água	2013	2014	2015
Consumo Médio Mensal - (m ³ /cliente/mês)	8,82	8,16	8,49
Fatura Média Mensal - (€)	28,96	27,26	27,76
Novos Contratos - (un.)	379	255	273
Baixas de Contratos - (un.)	706	413	260
Cortes Efetuados Média Mensal - (un.)	112	90	97

De salientar a função do sítio Águas de Alenquer como veículo fundamental de comunicação com os Utilizadores. Apesar das novas funcionalidades, introduzidas na atualização realizada em 2015, e do aumento de adesões à Loja Cliente, mantém-se uma baixa adesão à fatura eletrónica.

5.2.4 Enquadramento Interno do Setor

Captação, Tratamento e Distribuição de Água

Durante o ano de 2015, o volume de água entrada no sistema de distribuição foi de $3,14 \times 10^6$ m³, sendo 4,5% superior ao valor entrado em 2014 ($+134 \times 10^3$ m³). Do volume entrado no sistema $3,03 \times 10^6$ m³ foram adquiridos à Águas do Oeste / Águas de Lisboa e Vale do Tejo e os restantes 114×10^3 m³ produzidos em captações municipais “em baixa” em exploração pela Águas de Alenquer ou adquiridos ao Concelho de Arruda dos Vinhos.

O volume de água faturado em 2015 foi de aproximadamente $2,19 \times 10^6$ m³, o que representa um ligeiro crescimento dos consumos de aproximadamente 4,1% face a 2014 muito sustentado nas características do ano hidrológico (seco e ameno). Na distribuição por tipo de consumidor, os consumidores domésticos

[Handwritten marks and signatures in blue ink]

continuam a ter a maior representatividade: 70% do volume faturado. Nos consumidores não-domésticos, a Autarquia representa cerca de 16%, o comércio (31%) e a indústria (34%). O remanescente é repartido pelos restantes consumidores não-domésticos. De salientar o aparecimento em 2012 das tarifas sociais que englobam o tarifário doméstico para famílias numerosas e o tarifário doméstico para famílias de baixos rendimentos, que representaram no seu conjunto 1,1% dos consumos verificados.

Apesar do investimento aportado ao sistema de abastecimento de água para a monitorização e controlo dos caudais que circulam no sistema e na manutenção das práticas de pesquisa ativa de fugas e redução de perdas de água, verificou-se em 2015 uma quebra no rendimento do sistema (71,0% em 2015 vs 70,9% em 2014 e 72,0% em 2013), correspondendo a um crescimento do volume de água perdido de $26 \times 10^3 \text{ m}^3$ (+3,8%) face a 2014. Para este efeito contribui a sistemática redução de consumo face aos valores históricos e contratuais, a falta de renovação da rede de abastecimento de água envelhecida, de acordo com o Índice de Valor da Infraestrutura (IVI), e que carece de investimentos significativos de reabilitação não previstos. Às características físicas do sistema acrescem os fortes constrangimentos provocados pelas incrustações de calcário existentes da rede de abastecimento de água, que em 2015 foram particularmente gravosos na freguesia de Carnota, obrigando à construção de um anel exterior à localidade da Pipa de modo a garantir o abastecimento de água a jusante numa área fortemente penalizada pelas incrustações de calcário. Continuam por substituir as condutas na linha Gataria / Pereiro de Palhacana fortemente condicionadas desde o Verão de 2013.

No ano de 2015 foi integralmente cumprido o PCQA aprovado pela Entidade Reguladora, tendo sido realizadas 2.022 determinações a parâmetros de qualidade da água, de acordo com o programa de colheitas estabelecido. Todas as análises foram efetuadas em laboratório acreditado, não se tendo verificado qualquer incumprimento.

O sistema de abastecimento de água em exploração pela Águas de Alenquer é constituído por 678 km de condutas do sistema de abastecimento de água, 62 reservatórios, com uma capacidade acumulada de $18 \times 10^3 \text{ m}^3$ e 41 instalações elevatórias (44 estações elevatórias / centrais hidropressoras).

Recolha, Transporte e Tratamento de Efluentes

Durante o ano de 2015 o volume de água residual faturado pela Águas de Alenquer foi de $1,61 \times 10^6 \text{ m}^3$, sendo o volume registado à entrada das instalações de tratamento da Águas do Oeste de $2,26 \times 10^6 \text{ m}^3$. A diferença nos caudais faturados e registados é devida às afluências indevidas ao sistema, influenciadas pelas características do ano hidrológico e pelos níveis freáticos elevados dada a coincidência dos eventos. O melhor desempenho do sistema foi apenas influenciado pelas características do ano hidrológico que se traduziram num ano seco.

Para minimizar as afluências indevidas nas redes prediais e melhorar o desempenho do Sistema, mantiveram-se em articulação com o Município as campanhas de identificação de pontos de entrada de águas pluviais na rede de drenagem de águas residuais domésticas e as campanhas de caracterização e monitorização de efluentes.

A faturação no primeiro e segundo semestre por Águas do Oeste e Águas de Lisboa e Vale do Tejo, respetivamente, foi realizada pelos caudais mínimos previstos no Contrato de Recolha, ou seja $2,32 \times 10^6 \text{ m}^3$.

O sistema de saneamento em exploração pela Águas de Alenquer é constituído por 414 km de coletores e condutas elevatórias e 12 estações elevatórias de águas residuais.

O tratamento de efluentes foi integralmente assegurado pela Águas do Oeste até ao dia 30 de Junho de 2015, situação que se verificava desde Julho de 2005, e a partir dessa data pela Águas de Lisboa e Vale do Tejo.

Trabalhos de Manutenção

Para além das atividades programadas de manutenção da rede de abastecimento de água, nomeadamente reservatórios, estações elevatórias e órgãos acessórios da rede, foram realizadas 334 intervenções de reparação de condutas, 216 reparações de ramais domiciliários e 250 reparações em acessórios de contadores e olhos-de-boi. No ano 2015 foram ainda renovados integralmente 65 ramais de água em resultado da reparação de roturas e da pesquisa ativa de fugas. Todos os trabalhos foram realizados com meios próprios, sustentando assim a aposta de internalização iniciada em 2010. De salientar ainda a campanha permanente de substituição de contadores, fortemente ampliada pelos problemas de calcário, garante uma idade média do parque de contadores de 6 anos.

No sector de saneamento procedeu-se à limpeza preventiva de 205 km de coletores de saneamento, procurando assim minorar as avarias no sistema. Realizaram-se durante o ano de 2015, 143 desobstruções na rede de coletores e 53 desobstruções em ramais domiciliários.

Foi efetuado o despejo de 96 fossas sépticas tendo sido recolhidos aproximadamente 852 m³ de águas residuais nessa operação.

Outras Atividades

Ao longo do ano de 2015 deram entrada e foram objeto de parecer técnico 31 projetos de redes prediais de moradias/edifícios e de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais de loteamentos, numa clara redução da atividade de construção no Município. Foram efetuados 35 orçamentos para ramais de água e 7 orçamentos para ramais de saneamento, com uma taxa de execução de 100% na água e de aproximadamente 60% no saneamento. As restrições impostas pelo Regulamento Municipal de trabalhos na via pública, com novas regras na reposição de pavimentos, continua a ter reflexo na realização de novos ramais devido o impacto no custo final do ramal para o Utilizador.

Durante o ano de 2015 foi realizada a limpeza, desinfecção e higienização de todos os reservatórios em exploração. Foi criada uma nova zona de controlo de pressão e caudal (divisão da área em dois patamares) e instalado equipamento de telecontrolo em mais dez pontos de medição e controlo existentes com vista à melhoria operacional da rede. Em paralelo foram implementadas e operacionalizadas duas novas ferramentas funcionais com o suporte acionista: i) Monitor: Ferramenta de controlo de caudais, baseada numa análise de métodos estatísticos, que produz e monitoriza perfis e padrões de consumo em zonas de medição e controlo. Esta monitorização (em contínuo) é suportada pela base de dados da telegestão, que leva à deteção automática de fugas de água, rebentamento de condutas ou avarias dos contadores; ii) Workwise: Ferramenta de gestão de ordens de serviço e portabilidade das mesmas.

Quanto a matérias ambientais, é de referir três descargas de águas residuais por avaria. Esta descarga foi comunicada à APA – Agência Portuguesa de Ambiente / ARH Tejo (Administração da Região Hidrográfica do Tejo) no integral cumprimento da legislação aplicável, tendo sido tomadas medidas operacionais com carácter de emergência para reposição do serviço de drenagem.

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including a large signature 'GX' at the bottom.

De destacar que a Águas de Alenquer através dos sistemas de micro geração de energia elétrica instalados nas suas instalações evitou a emissão de aproximadamente de 10,4 ton de CO₂, compensando em cerca de 92% as necessidades energéticas das instalações operacionais (loja e armazém). De referir que anualmente a AdA procura compensar a totalidade da energia consumida nas suas instalações com as 8 unidades de microgeração fotovoltaica instaladas.

Em termos de Investigação e Desenvolvimento será de destacar a participação nos projetos corporativos com vista à Implementação de um Sistema de Gestão de Patrimonial de infraestruturas de acordo com o Grupo de Trabalho ERSAR/LNEC, a participação na Iniciativa Nacional para o Controlo Eficiente de Perdas promovido pelo LNEC em parceria com o IST, Addition, Lda. e ITA (Universidade Politécnica de Valência, Espanha), concluída no primeiro semestre de 2015, ambos sob a orientação da AGS, e a implementação de um Plano de Gestão de Caudais Indevidos, sob a orientação da Aquapor.

5.2.5 Regulação

Em Março de 2015 a Águas de Alenquer apresentou à Câmara Municipal de Alenquer o relatório de anual de exploração e gestão, referente ao ano de 2014, e em Setembro foi apresentado o relatório semestral relativo à atividade desenvolvida no primeiro semestre de 2015, dando assim cumprimento ao estipulado nas cláusulas 82^a e 83^a do Contrato de Concessão.

Durante o ano de 2015 manteve-se o relacionamento positivo com a Câmara Municipal de Alenquer, tendo a Concedente promovido diversas ações de acompanhamento da atividade comercial e operacional, das quais resultaram sugestões de melhoria acolhidas e implementadas. Neste âmbito, salienta-se a realização de reuniões mensais de acompanhamento entre a Administração da empresa e o Diretor Municipal responsável pelo acompanhamento e fiscalização da Concessão.

A Comissão de Acompanhamento da Concessão, constituída em Junho de 2014 nos termos do Decreto-lei n.º 194/2009 de 20 de Agosto, reuniu trimestralmente durante o ano de 2015, e de forma extraordinária sempre que convocada pelo seu Presidente.

Em 2015 manteve-se em vigor o tarifário aprovado para o ano de 2014 conforme quadros seguintes, sendo aplicável IVA à taxa de 6% para os serviços de água e saneamento e de 23% para outros serviços. A proposta de revisão tarifária apresentada pela Concessionária para o ano de 2015 não foi aprovada pelo Município por falta de emissão de parecer por parte da Entidade Reguladora.

TARIFAS (base 30 dias)		
Descrição		
Tarifa Fixa de Abastecimento: (€)	2013	2014
Domésticos	5,8957	5,8375
Não Domésticos		
Até 20 mm	6,0224	5,9628
20 mm a 30 mm	7,1173	7,0470
30 mm a 50 mm	27,3743	27,1037
50 mm a 100 mm	54,7485	54,2073
mais de 100 mm	98,5474	97,5731
Tarifa Social e Familiar	0,0000	0,0000
Tarifas de Venda de Água: (€/m ³)		
Domésticos	2013	2014
1º Escalão (0 a 5 m ³ / 30 dias)	0,6353	0,6290
2º Escalão (6 a 15 m ³ / 30 dias)	1,2562	1,2438
3º Escalão (16 a 25 m ³ / 30 dias)	2,0350	2,0149
4º Escalão (mais de 25 m ³ / 30 dias)	3,1921	3,1605
Tarifa Familiar	2013	2014
Base tarifária dos utilizadores domésticos com alargamento dos escalões de 3 m ³ por cada descendente além do 2.º filho		
Tarifa Social	2013	2014
1º Escalão (0 a 5 m ³ / 30 dias)	0,0000	0,0000
2º Escalão (6 a 15 m ³ / 30 dias)	0,6353	0,6290
3º Escalão (16 a 25 m ³ / 30 dias)	2,0350	2,0149
4º Escalão (mais de 25 m ³ / 30 dias)	3,1921	3,1605
Não Domésticos	2013	2014
Escalão Único	2,0350	2,0149
Autarquia e Juntas de Freguesia		
2013	2014	
Escalão Único	1,2562	1,2438
Tarifa Fixa de Saneamento: (€)		
	100% Tarifa Fixa de Abastecimento	
Tarifa Variável de Saneamento: (€/m ³)		
	90% Tarifa de venda de Água	

* Outros Serviços não Especificados: 20% sobre o valor de orçamento

** Ramais: Gratuito para a 1.ª ligação de Utilizadores Domésticos com disponibilidade de serviço até 20 metros

Tarifas por Outros Serviços		
Abastecimento de Água: (€)		
	2013	2014
Vistoria Habitação (por fogo e anexos)	101,0877	100,0883
Ligação à rede de distribuição de água	59,2945	58,7083
Tarifa de aferição de contador se solicitada	101,0877	100,0883
Restabelecimento de ligação de água	53,9164	53,3833
Verificação extraordinária de contadores	26,9582	26,6917
Saneamento: (€)		
	2013	2014
Ligação Habitação (por fogo e anexos)	31,7762	31,4621
Vistoria Habitação (por fogo e anexos)	77,7217	76,9533
Desobstrução (por cada hora ou fracção)	88,5877	87,7118
Limpeza de fossas (por cada carga de 3 m ³)	96,6521	95,6966
Gerais: (€)		
	2013	2014
Pedido de informação sobre o sistema público	16,4245	16,2622
Pedido de Orçamento	27,3743	27,1037
Taxa de deslocação	26,6188	26,3556
Análise de projectos	167,2723	165,6186
Outros serviços não especificados*	20%	20%
Ramais Domiciliários**		
Abastecimento de Água: (€)		
Valor Fixo (€):	2013	2014
até 1"	438,6895	434,3524
1 1/4"	449,4858	445,0420
1 1/2"	626,3017	620,1099
2"	699,3035	692,3899
maior que 2"	867,9292	859,3484
Valor Variável (€/metro)	2013	2014
até 1"	68,5671	67,8892
1 1/4"	69,2351	68,5506
1 1/2"	69,2351	68,5506
2"	70,1877	69,4938
maior que 2"	70,1877	69,4938
Saneamento: (€)		
Valor Fixo (€):	2013	2014
até 140mm	917,8708	908,7964
maior que 140mm	971,8638	962,2556
Valor Variável (€/metro)	2013	2014
até 140mm	93,1383	92,2175
maior que 140mm	99,8833	98,8958

Durante o mês de Setembro foi submetido à Entidade Reguladora o Plano de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) para o ano de 2016, tendo merecido a sua aprovação em "alta" e em "baixa". O Plano aprovado para o ano de 2015 foi cumprido na íntegra, sem qualquer incumprimento.

Em 2015 a Águas de Alenquer foi dispensada de auditoria no âmbito do sistema de avaliação de desempenho por parte da Entidade Reguladora.

5.3 Estrutura Organizacional

5.3.1 Organograma

O organograma da Águas de Alenquer apresenta a seguinte estrutura:



[Handwritten signature]

5.3.2 Formação

Em termos de carga horária verificou-se uma média de 26 horas de formação por colaborador.

Formação 2015	N.º de Horas
Aquasis - Inovação na gestão de sistemas de abastecimento de abastecimento de água e saneamento	21
Avaliação de exposição a contaminantes biológicos	6
Carta reboque de pesados (categoria C+E)	12
Certificado de Aptidão para Motorista (CAM)	85
Detetor de gases	8
EPAL - Controlo de Perdas de Água	2
GCI - Gestão de Caudais Indevidos	32
Gestão da segurança de equipamentos na construção	5
PGPI - Programa de Gestão Patrimonial de Infraestruturas	168
Hilti - Ferramentas elétricas	16
iPerdas Iniciativa Nacional para o Controlo Eficiente de Perdas	72
Novas funcionalidades do site	11
Novas Tecnologias Aplicadas á Exploração e Manutenção de Redes de Abastecimento de Água	3
Passaporte de segurança	76
QAS - Qualidade, Ambiente e Segurança	113
Riscos Químicos - Riscos para o Património Genético	12
Ruído no posto de trabalho	12
SNC 2016 - O Que Vai Mudar	4
Trabalhador designado e representante legal do empregador	36
Trabalhos com risco de exposição às fibras de amianto	6
Understanding and predicting the benefits of distribution system pressure management	16
Válvulas hidráulicas Dorot / Hubel	21
Vortal - Plataforma Online	8
ISO 9001 - W1 - Conhecer as Alterações	16
ISO 9001 - W2 - Implementar e Auditar as Alterações	16
	776

Handwritten notes and signatures in blue ink.

5.3.3 Recursos Humanos

O quadro de pessoal da Águas de Alenquer é composto por 30 colaboradores, dos quais 3 em regime de requisição à CMA e 1 em regime de prestação de serviço.

A antiguidade média dos trabalhadores é de 7 anos.

A estrutura dos colaboradores da Empresa é distribuída da seguinte forma: homens 77% e mulheres 23%, com distribuição por faixa etária apresentada na tabela anterior.

Na tabela seguinte apresenta-se a distribuição dos colaboradores por habilitações literárias, sendo de destacar que 67% dos colaboradores da empresa possui o 12º ano de escolaridade ou superior.

Faixa Etária	N.º de Colaboradores		
	2013	2014	2015
20 - 24	5	0	0
25 - 29	5	6	5
30 - 34	7	10	11
35 - 39	4	4	2
40 - 44	5	5	7
45 - 49	3	2	1
50 - 54	0	2	2
mais de 55	4	3	2
	33	32	30

Habilitações Literárias	N.º de Colaboradores		
	2013	2014	2015
Ensino Superior	5	5	6
Bacharelato	1	1	1
12.º Ano	15	15	13
10.º Ano	2	2	2
Ensino Básico	10	9	8
	33	32	30

Descrição	2015		2014		2013	
	Número médio de pessoas	Número de horas trabalhadas	Número médio de pessoas	Número de horas trabalhadas	Número médio de pessoas	Número de horas trabalhadas
Pessoal ao serviço da empresa	30	52.664	33	54.488	32	55.643
Pessoas remuneradas ao serviço da empresa	29	52.664	32	54.488	32	55.643
Pessoas não remuneradas ao serviço da empresa	0	0	0	0	0	0
Pessoal ao serviço da empresa por tipo horário	29	0	32	0	32	0
Pessoas ao serviço da empresa a tempo completo	29	0	32	0	32	0
Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo completo	29	0	32	0	32	0
Pessoas ao serviço da empresa a tempo parcial	0	0	0	0	0	0
Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo parcial	0	0	0	0	0	0
Pessoal ao serviço da empresa por sexo	29	52.664	32	54.488	32	55.643
Homens	22	40.200	25	42.632	26	45.210
Mulheres	7	12.464	7	11.856	6	10.433
Pessoal ao serviço da empresa das quais	1	1.704	1	1.651	2	3.478
Pessoal ao serviço da empresa afectas à Investigação e Desenvolvimento	0	0	0	0	0	0
Prestadores de serviço	1	1.704	1	1.651	2	3.478
Pessoas colocadas através de agências de trabalho temporário	0	0	0	0	0	0

No ano de 2015 não houve acidentes de trabalho.

5.3.4 Regras Societárias

O Conselho de Administração reúne regularmente com uma periodicidade mínima trimestral para deliberar sobre assuntos de interesse para a Águas de Alenquer. Para obrigar a sociedade, em qualquer ato administrativo, é necessária a assinatura conjunta de dois Administradores, à exceção de algumas funções devidamente delegadas por via de procuração.

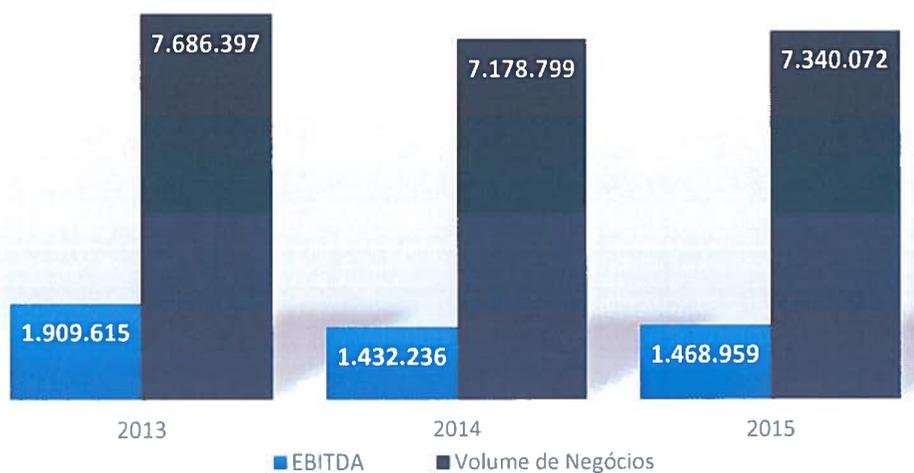
Foram conferidas funções executivas a um dos administradores, através de procuração, com poderes de gestão corrente, *plafonds* de aprovação de investimento e despesa e de celebração de contratos com terceiros até determinados limites.

A administração executiva realiza reuniões internas semanais com os diretores da empresa para complementar a gestão da empresa. Os diretores reúnem periodicamente com os seus colaboradores.

5.4 Desempenho da Empresa

No ano 2015 verificou-se um ligeiro aumento do EBITDA de 36.723 € (2,6%) para o qual contribuiu fortemente o aumento do Volume de Negócios em 167.272 Euros (2,2%), resultante do aumento das captações verificado ao longo de 2015.

Variação EBITDA / Volume de Negócios



	2013	2014	2015	Var. 14/15
	Euros	Euros	Euros	%
Ativo Líquido	23.634.524	22.795.935	23.617.199	-3,5%
Capitais Próprios	4.527.077	4.845.827	4.680.012	7,0%
Capital Social	1.500.000	1.500.000	1.500.000	-
Passivo Remunerado	6.416.463	5.168.147	4.281.381	-19,5%
<i>Divida Líquida (1)</i>	<i>0,59</i>	<i>0,52</i>	<i>0,48</i>	<i>-</i>
<i>Estrutura Financeira (2)</i>	<i>1,42</i>	<i>1,07</i>	<i>0,91</i>	<i>-</i>
<i>Autonomia Financeira (3)</i>	<i>19,15%</i>	<i>21,26%</i>	<i>19,82%</i>	<i>-</i>
Rendimentos Operacionais	8.097.395	7.529.024	7.733.384	2,7%
EBITDA	1.909.615	1.432.236	1.468.959	2,6%
<i>Margem EBITDA (4)</i>	<i>23,58%</i>	<i>19,02%</i>	<i>19,00%</i>	<i>-0,1%</i>
EBIT	1.098.345	667.215	690.640	3,5%
<i>Margem EBIT</i>	<i>13,56%</i>	<i>8,86%</i>	<i>8,93%</i>	<i>0,8%</i>
Res. Financeiro	-215.879	-193.916	-1.271.599	555,7%
Res. Líquido	639.758	318.750	-404.951	-227,0%

(1) - D/(D+E)

(2) - D/E

(3) - Cap Próprios/ At. Líq. Total

(4) - EBITDA/ Rendimentos Operacionais

5.5 Análise Económico Financeira

5.5.1 Análise de Gastos e Rendimentos

Gastos Operacionais

Os Gastos Operacionais antes de amortizações ascenderam a 6.188.736 Euros, representando um acréscimo de 3,8% face ao período homólogo.

No global, verificou-se um acréscimo de Gastos Operacionais no valor de 180.936 Euros, acréscimo de 2,6% face ao ano anterior.

Este aumento é justificado pelo reconhecimento em Outros Gastos Operacionais do valor 275.000 Euros referente às Custas Judiciais com o termino dos processos em tribunal com a AdO/AdLVT.

Gastos Operacionais	2013 euros	2014 euros	2015 euros	Peso %	Var. 14/15 %
CMVMC	2.109.031	1.980.549	1.996.221	28,3%	0,8%
SubContratos	2.002.622	1.945.391	1.897.634	26,9%	-2,5%
Energia	186.092	184.411	188.304	2,7%	2,1%
Trab. Espec.	700.695	704.742	730.853	10,4%	3,7%
Outros	526.215	544.087	782.957	11,1%	43,9%
Pessoal	573.855	601.998	592.767	8,4%	-1,5%
SubTotal	6.098.510	5.961.178	6.188.736	87,9%	3,8%
Gastos de depreciação e de amortização	811.270	765.021	778.319	11,1%	1,7%
Perdas por imparidade	89.270	135.609	75.689	1,1%	-44,2%
Total	6.999.050	6.861.809	7.042.745	100,0%	2,6%

O peso relativo dos Gastos Operacionais é detalhado no gráfico seguinte, sendo de destacar o peso relativo da compra de água e tratamento de efluentes decorrentes dos contratos de fornecimento e recolha celebrados entre o Município de Alenquer e a Águas de Lisboa e Vale do Tejo, representa 52% dos Gastos Operacionais antes de Depreciações, Amortizações e Ajustamentos.



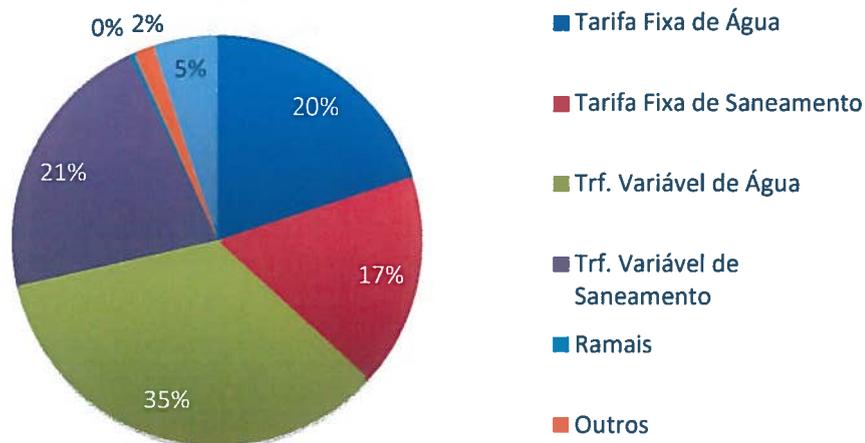
Rendimentos Operacionais

Durante o exercício de 2015, os Rendimentos Operacionais totais ascenderam a 7.733.384 Euros, representando um acréscimo de 204.360 Euros em relação ao valor registado no final do ano anterior.

No ano 2015 verificou-se um aumento do Volume de Negócios de 161.272 mil Euros (2,2%), resultante do aumento das captações verificado no decorrer do ano, influenciadas pelas características do ano hidrológico.

Rendimentos Operacionais	2013 <i>Euros</i>	2014 <i>Euros</i>	2015 <i>Euros</i>	Peso %	Var. 14/15 %
Tarifa Fixa	2.872.240	2.869.270	2.844.719	36,8%	-0,9%
Tarifa Fixa de Água	1.562.109	1.556.167	1.542.391	19,9%	-0,9%
Tarifa Fixa de Saneamento	1.310.131	1.313.103	1.302.329	16,8%	-0,8%
Tarifa Volumétrica	4.675.663	4.181.805	4.341.468	56,1%	3,8%
Trf. Variável de Água	2.935.433	2.535.469	2.677.414	34,6%	5,6%
Trf. Variável de Saneamento	1.740.231	1.646.336	1.664.054	21,5%	1,1%
Outros serviços	138.493	127.724	153.884	2,0%	20,5%
Ramais	15.522	9.443	28.090	0,4%	197,5%
Outros	122.971	118.281	125.794	1,6%	6,4%
O. Diversos	410.998	350.225	393.312	5,1%	12,3%
Total	8.097.395	7.529.024	7.733.384	100,0%	2,7%

Rendimentos Operacionais



5.5.2 Análise do Balanço

	2013	2014	2015	Var. 14/15
	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>	<i>%</i>
Ativo				
Ativo não corrente	18.717.453	18.079.863	17.607.839	-3%
Ativo corrente	4.917.071	4.716.072	6.009.360	27%
Inventários	66.875	66.883	73.543	10%
Divida de Terceiros	3.937.255	3.782.160	4.110.234	9%
Diferimentos	15.424	15.333	15.411	1%
Caixa e depósitos bancários	897.518	851.696	1.810.172	113%
Total	23.634.524	22.795.935	23.617.199	4%
Capital Próprio	4.527.077	4.845.827	4.680.012	-3%
Passivo	19.107.446	17.950.108	18.937.187	5%
Passivo não corrente	8.755.717	7.375.045	6.018.966	-18%
Passivo corrente	10.351.729	10.575.063	12.918.222	22%
Total	23.634.524	22.795.935	23.617.199	4%

O Ativo líquido da concessão atingiu no final do exercício de 2015 os 23.617.199 Euros.

O Passivo total registou um acréscimo de 5% atingindo os 18.937.187 Euros, variação justificada pelo reconhecimento de juros de mora associados ao acordo de pagamentos celebrado com a Águas de Lisboa e Vale do Tejo, afetando a rubrica de Fornecedores no Passivo Corrente. O Passivo Não Corrente registou uma diminuição de 18%, efeito da redução do financiamento bancário a médio longo prazo, amortização de capital no valor de 1.230.000 Euros em 2015. Por outro lado, os Capitais Próprios diminuíram 3% atingindo 4.680.012 Euros efeito do resultado líquido do exercício.




5.5.3 Indicadores Económico-Financeiros

	2013	2014	2015	Var. 14/15
	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>	%
Ativos fixos tangíveis	256.591	219.098	212.506	-3%
Ativos Intangíveis	18.408.278	17.796.619	17.150.728	-4%
Ativos por impostos diferidos	52.583	64.056	244.375	282%

	2013	2014	2015	Var. 14/15
	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>	%
Capital Social	1.500.000	1.500.000	1.500.000	0%
Prestações Acessórias	2.690.000	2.690.000	2.929.135	9%
Suprimentos	175.000	175.000	175.000	0%
Financiamento Bancário CP	1.230.000	1.230.000	1.230.000	0%
Financiamento Bancário MLP	4.920.000	3.690.000	2.460.000	-33%
Total	10.515.000	9.285.000	8.294.135	-11%
Caixa e depósitos bancários	897.518	851.696	1.810.172	113%
Divida Liquida	9.617.482	8.433.304	6.483.964	-23%

Financeiro	2013	2014	2015	Var. 14/15
	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>	%
Capital Social	1.500.000	1.500.000	1.500.000	0%
Ativo Líquido	23.634.524	22.795.935	23.617.199	4%
Ativos por impostos diferidos	52.583	64.056	244.375	282%
Volume de Negócios (€)	7.686.397	7.178.799	7.340.072	2%
Volume de Negócios / Cliente (€)	354	333	340	2%
Resultado Antes de Impostos (€)	882.466	473.299	-580.960	-223%
Resultado Líquido do Exercício (€)	639.758	318.750	-404.951	-227%
EBITDA (€)	1.909.615	1.432.236	1.468.959	3%

Rácios		2013	2014	2015
Rácios de Rentabilidade	Rentabilidade dos Capitais próprios	0,141	0,066	-0,087
	Rentabilidade das Vendas	0,083	0,044	-0,055
	Rentabilidade do Ativo	0,046	0,029	0,029
Rácios de endividamento	Rácios de endividamento	0,586	0,516	0,478
Rácios de Estrutura	Autonomia Financeira	0,192	0,213	0,198
	Solvabilidade	0,237	0,270	0,247
	Estrutura de Capitais	4,221	3,704	4,046
Rácios de Liquidez	Liquidez geral	0,475	0,446	0,465
	Liquidez reduzida	0,467	0,438	0,458
	Liquidez imediata	0,087	0,081	0,140

[Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin]

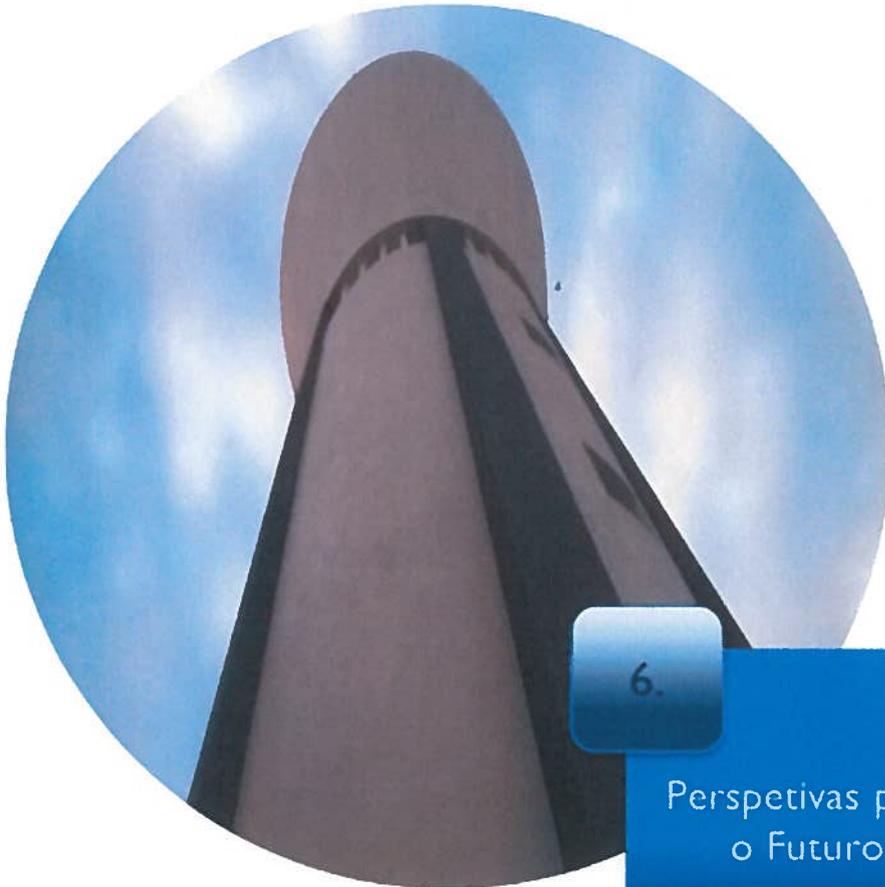
5.5.4 Principais Investimentos

No final de 2008, a Águas de Alenquer terminou a execução física do Plano de Investimentos referente à rede de drenagem de águas residuais, com a execução de 82,26 km de coletores, 5 estações elevatórias de águas residuais, 2.202 ramais e 6 novos reservatórios de água. Em 2013 foi executado o sistema elevatório de águas residuais do Fiandal para garantir uma solução alternativa ao sistema gravítico projetado inicialmente e interrompido por falta de disponibilização de terrenos, concluindo assim integralmente o Plano de Investimentos referente às obras de saneamento.

Em 2015 a Águas de Alenquer investiu 181.619 Euros relativos às seguintes infraestruturas e equipamentos:

- Execução de quatro novas zonas de medição de caudal e/ou estabilização de pressão;
- Instalação de equipamentos de telecontrolo para monitorização em contínuo e emissão de alarmes em 10 ZMC com integração no software Monitor;
- Remodelações diversas na rede de abastecimento de água, incluindo a substituição de rede;
- Conservação e pintura exterior de reservatórios;
- Remodelação e beneficiação de estações elevatórias de água, com destaque para a remodelação integral da EE de Olhalvo e Quinta dos Arcos;
- Renovação do Parque de Contadores;
- Substituição de válvulas e ventosas, incluindo a remodelação integral de 6 VRP com alteração de caixa;
- Aquisição de equipamento operacional (água e águas residuais);
- Remodelações diversas na rede de águas residuais domésticas, incluindo a substituição de rede;
- Instalação de equipamentos de telecontrolo em EEAR da Guizandeira e Fiandal.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



6.

Perspetivas para
o Futuro

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including a large 'Gx' at the bottom.

6. Perspetivas para o Futuro

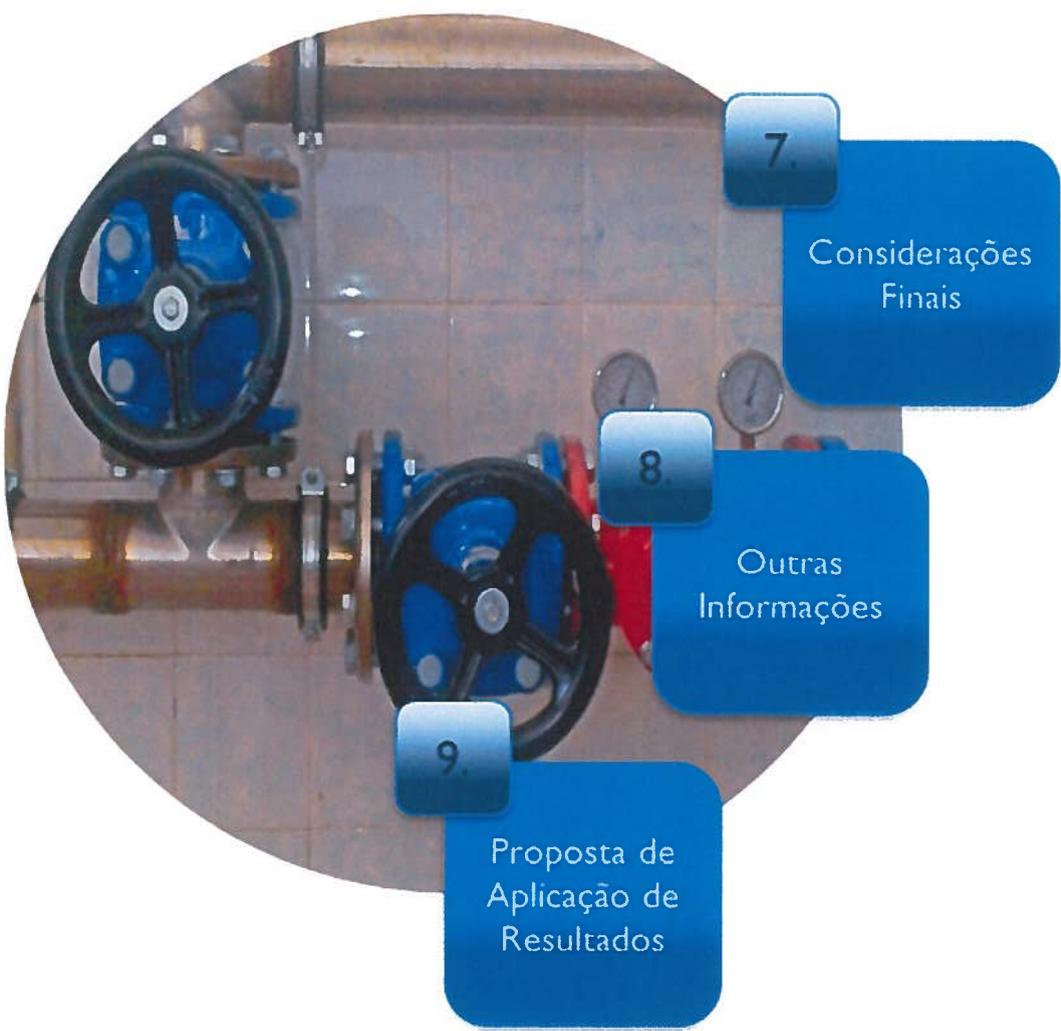
A Águas de Alenquer pretende:

- Satisfazer continuamente as necessidades de abastecimento de água e drenagem de águas residuais aos Utilizadores do Sistema;
- Ser uma empresa ambientalmente responsável, contribuindo para a melhoria e preservação do meio ambiente;
- Contribuir para o desenvolvimento do Município de Alenquer, potenciando parcerias locais em situação de igualdade;
- Ser referência na relação custo/eficiência do serviço, transmitindo confiança aos seus Clientes;
- Promover uma cultura de melhoria contínua num quadro de sustentabilidade a longo prazo, suportada numa gestão eficiente dos recursos e numa adequada estrutura organizativa onde os Colaboradores se orgulhem de trabalhar;
- Apostar na formação dos recursos humanos;
- Criar competências que nos distingam na gestão dos nossos clientes, melhorando a imagem da empresa perante a sociedade.

Numa análise de riscos e incertezas relacionados com acontecimentos ou condições que possam afetar significativamente a situação da Águas de Alenquer, referenciamos:

- Posicionamento da Concessionária do Sistema Multimunicipal Águas do Oeste quanto ao sistema de faturação da atividade de saneamento e a evolução das tarifas do Sistema Multimunicipal;
- Evolução das taxas de juro e variação dos preços de energia e combustíveis;
- Retração de consumos devido à conjuntura económico-financeira;
- Finalização do processo associado às incrustações de calcário na rede de abastecimento de água e alteração da origem de água;
- Efeito das aflúncias indevidas no sistema de drenagem de águas residuais;
- Conclusão do Processo de Reequilíbrio económico-financeiro apresentado ao Município de Alenquer em Fevereiro de 2016.

[Handwritten signature]





7. Considerações Finais

O Conselho de Administração quer reafirmar o seu profundo reconhecimento e agradecimento a todos aqueles que de uma forma direta ou indireta colaboraram na prossecução dos objetivos da Empresa, nomeadamente:

- À Câmara Municipal de Alenquer, cuja colaboração permanente tem promovido a melhoria contínua do serviço prestado;
- Aos seus Acionistas, pelas orientações recebidas e pelo importante acompanhamento e confiança;
- A todos os colaboradores da empresa e dos seus acionistas, pela competência e dedicação demonstradas;
- Aos nossos clientes a quem procuramos prestar sempre um melhor serviço;
- Ao Revisor Oficial de Contas e Fiscal Único pelo espírito interessado e positivamente crítico, no seguimento da atividade de empresa;
- Ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e restantes membros da Mesa, pela colaboração sempre dispensada;
- Aos fornecedores, pela colaboração na prossecução dos objetivos da Empresa.

8. Outras Informações

- Como facto relevante após o fecho do exercício de 2015 é de relevar o pedido ao Município de Alenquer de reequilíbrio económico-financeiro da Concessão em fevereiro de 2016;
- Não houve qualquer negócio entre a sociedade e os seus administradores no exercício de 2015;
- A sociedade não tem sucursais.

9. Proposta de Aplicação de Resultados

Propõe-se que do Resultado Líquido do exercício de 2015, negativo no valor de 404.951 Euros, sejam transferidos para a conta de Resultados Transitados.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



10.

Contas do
Exercício de 2015
e respetivo Anexo

10. Demonstrações Financeiras do Exercício de 2015 e Respetivo Anexo

10.1 Balanço

Entidade: AdA - Águas de Alenquer, SA

Balanço em 31 de Dezembro de 2015

Euro

RUBRICAS	Notas	31.12.2015	31.12.2014
ATIVO			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	8	212.506	219.098
Ativos intangíveis	7	17.150.728	17.796.619
Outros Ativos Financeiros		230	90
Ativos por impostos diferidos	14	244.375	64.056
Total de Ativos não Correntes		17.607.839	18.079.863
Corrente			
Inventários	9	73.543	66.883
Clientes	15	2.467.903	2.312.114
Estado e outros entes públicos	17	267.447	118.306
Outras contas a receber	15	1.374.885	1.351.740
Diferimentos	17	15.411	15.333
Caixa e depósitos bancários	4	1.810.172	851.696
Total de Ativos Correntes		6.009.360	4.716.072
Total do Ativo		23.617.199	22.795.935
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital realizado	3	1.500.000	1.500.000
Outros instrumentos de capital próprio	3	2.929.135	2.690.000
Reservas legais	3	73.544	57.606
Resultados transitados	3	582.284	279.471
Resultado líquido do período		-404.951	318.750
Total do Capital próprio		4.680.012	4.845.827
Passivo			
Não corrente			
Provisões	12	3.044.433	3.155.830
Financiamento Obtidos	15	2.700.506	3.927.689
Outras contas a pagar	15	274.026	291.526
Total do Passivo não Corrente		6.018.966	7.375.045
Corrente			
Financiamento Obtidos	15	1.236.948	1.240.458
Fornecedores	15	10.783.884	8.627.225
Estado e outros entes públicos	17	99.638	113.765
Outras contas a pagar	15	797.752	593.616
Total do Passivo Corrente		12.918.222	10.575.063
Total do Passivo		18.937.187	17.950.108
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		23.617.199	22.795.935

10.2 Demonstração dos Resultados

Entidade: AdA Águas de Alenquer, SA

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de Dezembro de 2015

Euro

RUBRICAS	NOTAS	31.12.2015	31.12.2014
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	11	7.340.072	7.178.799
Trabalhos para a própria entidade	10	71.006	70.443
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-1.996.221	-1.980.549
Fornecimentos e serviços externos	17	-3.308.039	-3.328.210
Gastos com o pessoal	17	-592.767	-601.998
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	15	-75.689	-135.609
Provisões (aumentos/reversões)	12	111.397	47.412
Outros rendimentos e ganhos	17	210.909	232.370
Outros gastos e perdas	17	-291.710	-50.422
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1.468.959	1.432.236
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	17	-778.319	-765.021
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		690.640	667.215
Juros e rendimentos similares obtidos	17	279.078	8.131
Juros e gastos similares suportados	17	-1.550.678	-202.047
Resultado antes de impostos		-580.960	473.299
Imposto sobre o rendimento do período	14	176.008	-154.549
Resultado líquido do período		-404.951	318.750
Resultado por Ação Básico		-1,35	1,06

[Handwritten signatures and notes in blue ink]

Artigo 233.º da Lei

[Handwritten signature]

SERGIO M. S. MALINO
T. O. C. 25368
Contrib. N.º 19-4 191 052

10.3 Demonstração Individual de Fluxos de Caixa

Entidade: AdA Águas de Alenquer, SA

Demonstração de Fluxos de Caixa

Período findo em 31 de Dezembro de 2015

RUBRICAS	NOTAS	31.12.2015	31.12.2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes		8.846.437	8.813.740
Pagamentos a fornecedores		-4.650.152	-5.014.383
Pagamentos ao pessoal		-336.494	-317.933
Caixa gerada pelas operações		3.859.791	3.481.424
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-165.291	-555.376
Outros recebimentos/pagamentos		-957.460	-1.272.915
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		2.737.039	1.653.134
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-18.811	-323.304
		-18.811	-323.304
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-18.811	-323.304
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Aumento de capital, prest. Acess.e prémios emissão		239.135	0
		239.135	0
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-1.230.000	-1.230.000
Amortização Contratos Locação Financeira		0	-18.782
Juros e gastos similares		-78.888	-111.870
Juros e gastos similares		-1.308.888	-1.360.652
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-1.069.753	-1.360.652
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		1.648.475	-30.821
Efeito das diferenças de câmbio		0	0
Caixa e seus equivalentes no início do período		161.697	192.518
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	1.810.172	161.696

10.4 Demonstração Individual das alterações no Capital Próprio

Entidade: AdA Águas de Alenquer, SA

Demonstração das alterações no Capital Próprio no período findo em 31 de Dezembro de 2015

DESCRIÇÃO	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe						Total do Capital Próprio		
	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Outras variações no Capital Próprio	Resultados Transitados		Resultado Líquido do período	Total
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015	1.500.000	2.690.000	57.606		0	279.471	318.750	4.845.827	4.845.827
APLICAÇÃO DE RESULTADOS									
Constituição da Reserva legal			15.938				-15.938	0	0
Transferência de Resultados Líquidos para Resultados Transitados						302.813	-302.813	0	0
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico (SNC)									
Alterações de políticas contabilísticas									
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis									
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações									
Ajustamentos por impostos diferidos									
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		239.135							239.135
		239.135							239.135
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO									
RESULTADO INTEGRAL									
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
Realizações de capital									
Realizações de prémios de emissão									
Distribuições									
Entradas para cobertura de perdas									
Outras operações									
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2015	1.500.000	2.929.135	73.544	0	0	582.284	-404.952	4.440.876	4.680.012

Relatório e Contas 2015
18 Março 2016

64

S. M. Malino
Francisco Soares
Sergio M. S. Malino

SERGIO M. S. MALINO
T. O. C. 25368
Contrib. N.º 194 191 052

Entidade: AdA Águas de Alenquer, SA

Demonstração das alterações no Capital Próprio no período findo em 31 de Dezembro de 2014

Euro

DESCRIÇÃO	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe						Total do Capital Próprio		
	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Outras variações no Capital Próprio	Resultados Transitados		Resultado Líquido do período	Total
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2014	1.500.000	2.690.000	25.619		0	-328.299	639.758	4.527.077	4.527.077
APLICAÇÃO DE RESULTADOS									
Constituição da Reserva legal			31.988			607.770	-31.988	0	0
Transferência de Resultados Líquidos para Resultados Transitados			31.988		0	607.770	-607.770	0	0
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico (SNC)									
Alterações de políticas contabilísticas									
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis									
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações									
Ajustamentos por impostos diferidos									
Outras alterações reconhecidas no capital próprio									
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO									
RESULTADO INTEGRAL							318.750	318.750	318.750
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
Realizações de capital									
Realizações de prémios de emissão									
Distribuições									
Entradas para cobertura de perdas									
Outras operações									
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2014	1.500.000	2.690.000	57.606	0	0	279.471	318.750	4.845.827	4.845.827

Relatório e Contas 2015
18 Março 2016

Sérgio M. S. Malino
Adriano Augusto
Sérgio M. S. Malino

SÉRGIO M. S. MALINO
T. O. C. 25368
Contab. N.º 194 191 052

Anexo

Período findo em 31 de dezembro de 2015

Este documento contém as divulgações exigidas pelas Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro (NCRF) que compõem o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), em referência ao exercício de 2015.

As demonstrações financeiras, bem como os valores constantes neste anexo encontram-se expressos em euros, utilizando o método comum e arredondamento, até 0,50 euros arredondado para baixo, e acima de 0,50 euros inclusive arredondado para cima.

Índice do Anexo:

1. Identificação da entidade
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras
3. Principais políticas contabilísticas
4. Fluxos de caixa
5. Políticas contabilísticas, alterações das estimativas contabilísticas e erros
6. Partes relacionadas
7. Ativos intangíveis
8. Ativos fixos tangíveis
9. Inventários
10. Contratos de construção
11. Rédito
12. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
13. Acontecimentos após a data de balanço
14. Imposto sobre o rendimento
15. Instrumentos financeiros
16. Divulgações exigidas por diplomas legais
17. Outras informações

I. Identificação da entidade

I.1 Designação da sociedade

A AdA – Águas de Alenquer, S.A. (Águas de Alenquer) é uma sociedade anónima constituída em 07 de outubro de 2003, cujo objeto social consiste na Exploração e Gestão dos serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água, e recolha, tratamento e rejeição de efluentes na área do Município de Alenquer, bem como a realização de Obras necessárias à execução do Plano de Investimentos da Concessionária.

Para o cumprimento do seu objeto social, a Águas de Alenquer celebrou um Contrato de Concessão por um período de 30 anos com a Câmara Municipal de Alenquer a 17 de novembro de 2003.

No dia 2 de janeiro de 2004 foi celebrado o Auto de Consignação das infraestruturas, tendo-se iniciado o Funcionamento da Concessão pelo período de 30 anos.

A 12 de março de 2008 foi celebrado o Primeiro Aditamento ao Contrato de Concessão, tendo como razão principal o aumento dos custos associados à Águas do Oeste, não contemplados no Contrato de Concessão, e a revisão do Plano de Investimentos.

No dia 24 de julho de 2009 a Águas de Alenquer apresentou à Câmara Municipal de Alenquer, ao abrigo do disposto na Cláusula 88ª do Contrato de Concessão, um novo pedido de reposição do equilíbrio económico-financeiro da concessão. Nesse âmbito, durante o ano de 2010 decorreram as negociações da revisão do Contrato de Concessão, tendo sido estabilizada entre as partes uma minuta de aditamento apresentada à Entidade Reguladora em Janeiro de 2011. O Segundo Aditamento ao Contrato de Concessão foi assinado a 16 de novembro de 2011, concluído o processo de aprovação nos órgãos municipais competentes. Este aditamento assegura a necessária adaptação à nova legislação do setor e imprime uma maior proximidade e compromisso junto dos utilizadores, através da fixação de níveis de serviços e adequação da estrutura tarifária, com a inclusão de um tarifário social e de um tarifário para famílias numerosas.

A resolução dos problemas das incrustações de calcário na rede de abastecimento de água não está contemplada neste aditamento, continuando o Município a liderar este processo junto das diferentes entidades envolvidas.

Existe um conjunto de bens da concedente que estão a ser utilizados pela Concessionária, que serão restituídos no final da concessão. Os bens consignados em janeiro de 2004 ascendem 13.329.872 euros. Em novembro de 2010 foi realizada uma nova consignação referente a obras e aquisição de terrenos, realizada pelo Município após janeiro 2004 no valor 3.917.139 euros.

No dia 30 de novembro de 2015, a Águas de Lisboa e Vale do Tejo e a Águas de Alenquer celebraram um Acordo com o objetivo de encerrar os processos judiciais existentes e estabelecer um plano de pagamentos para liquidação da totalidade da dívida vencida à data da sua celebração, incluindo o pagamento dos juros de mora vencidos. Com este Acordo as Partes comprometem-se a promover a extinção da instância em todos os processos judiciais pendentes entre as Partes e a Águas de Lisboa e Vale do Tejo confirma a execução do abastecimento de água ao ponto de entrega em Alenquer III (reservatório de Vila Alta – Alenquer) a partir de uma nova origem, o Adutor Torres Vedras / Mafra,

anulando assim a atual origem de água junto ao Rio Alenquer associada aos problemas de incrustações de calcário verificados na rede de abastecimento de água (Zona I).

Todos os valores associados a esta transação, incluindo juros de mora e custas judiciais, encontram-se registados e condicionaram o resultado do ano de 2015.

Sede da empresa

A empresa tem a sua sede na Rua do Convento de São Julião n.º 95, Carapinha, 2580-377 Alenquer.

1.2 Natureza da atividade

A montante e a jusante da atividade da Águas de Alenquer, encontra-se o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Oeste, criado pelo Decreto-Lei n.º 305-A/2000, de 24 de novembro. A Águas do Oeste, S.A. é a empresa concessionária do Sistema Multimunicipal por um período de 30 anos.

O Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Oeste configura-se como um sistema “em alta” que assegura o abastecimento de água aos municípios (sistema “em baixa”). O sistema municipal está consignado à Águas de Alenquer, entidade responsável pela distribuição de água a partir dos reservatórios municipais e a recolha das águas residuais domésticas provenientes das redes domiciliária de águas residuais no Município de Alenquer.

Nesse âmbito é garantido pela Águas de Lisboa e Vale do Tejo o fornecimento de água “em alta” e a recolha e tratamento dos efluentes gerados através do Contrato de Fornecimento e do Contrato de Recolha, respetivamente, celebrados entre a Águas de Lisboa e Vale do Tejo e o Município de Alenquer. A totalidade dos efluentes recolhidos é entregue ao Sistema Multimunicipal, que garante o fornecimento de cerca de 97% da água entrada no sistema. O remanescente é proveniente de captações municipais em exploração pela Águas de Alenquer.

A Águas de Alenquer efetua a cobrança da sua atividade através do Tarifário aprovado anualmente pela Câmara Municipal de Alenquer, que compreende para a atividade de abastecimento de água e de saneamento a aplicação de um tarifário específico, com uma componente fixa e uma componente variável indexada ao consumo de água. Para além dos tarifários associados ao serviço de abastecimento de água e saneamento, são aplicadas tarifas associadas aos serviços auxiliares prestados ao Utilizador.

Adicionalmente, a empresa obtém rendimentos residuais resultantes do fornecimento de energia à rede de distribuição.

1.3 Designação da empresa-mãe

A 31 de dezembro de 2015, as pessoas coletivas que integram o capital social subscrito da empresa são:

- AGS – Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, S.A. (39,9997%), com sede em Porto Salvo, Oeiras;
- Aquapor – Serviços, S.A. (39,9997%), com sede em Lisboa;
- Ecobrejo – Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente S.A. (20,0%), com sede em Ferraria, Porto de Mós;
- AGS - Hidurbe, Serviços Ambientais S.A. (0,0003%).
- Luságua – Gestão de Águas, S.A. (0,0003%).

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Sistema de Normalização Contabilística

A empresa faz relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF), aplicando supletivamente a IFRIC 12, e a SIC 29.

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Não existem contas, seja do balanço seja da demonstração de resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada

2.4 Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício

Em resultado da transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva nº 2013/34/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 junho de 2013, através da publicação do Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho, ocorreram alterações a nível das NCRF que têm aplicação obrigatória para exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016. Da aplicação dessas normas e interpretações, não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da empresa.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas, a empresa adotou:

- As Bases de Preparação das Demonstrações financeiras constantes do anexo ao Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, que instituiu o SNC;
- As NCRF em vigor na presente data;
- Supletivamente A IFRIC 12 e a SIC 29.

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto nas NCRF, e aplicando supletivamente a IFRIC 12 e a SIC 29, as políticas contabilísticas adotadas pela empresa foram as seguintes:

a) Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis referem-se a bens de sua propriedade utilizados no exercício da sua atividade, e que não integram o direito à concessão, Instalações Físicas, Microgeração de Energia, Ferramentas, Equipamento de Transporte, Equipamento Administrativo e Outros. A empresa adotou o custo na mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis.

Os Ativos Fixos Tangíveis são amortizados linearmente pelo método duodecimal, utilizando o critério da vida útil dos bens.

A vida útil destes ativos varia de acordo com a seguinte tabela:

Anos de vida útil	2015_2014
Edifícios e Outras Construções	8-20
Equipamento Básico	8
Equipamento Transporte	4-6
Ferramentas	4-10
Equipamento Administrativo	3-10
Micro Geração Energia	4
Outros	8

O gasto com depreciações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

Os bens estão reconhecidos ao custo líquido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Quando existem indícios de que os bens podem estar em imparidade, os mesmos são sujeitos a testes de imparidade, sendo essa mesma imparidade, quando existente, registada em resultados do exercício.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

b) Ativos Intangíveis

A empresa dispõe, inicialmente, de um conjunto de bens imóveis que integram o sistema de Abastecimento de Água e de Saneamento. Estes, conjuntamente com o direito de cobrança aos utentes que provém da prestação de serviços de construção de infraestruturas, constituem o Direito da Concessão da empresa, que se encontra reconhecido tendo como base a IFRIC 12, e de acordo com a percentagem de acabamento.

Os ativos são registados ao custo de aquisição acrescidos dos gastos financeiros ocorridos durante a sua elaboração.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método das unidades de produção, ou seja, os caudais de água e saneamento faturados constituem a base para o cálculo das amortizações. O caudal anual corresponde ao volume de água e saneamento faturados no ano face ao volume total por faturar até final da concessão.

O gasto com as amortizações do ativo intangível é reconhecido na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização.

As taxas de depreciação utilizadas para os bens afetos à água e saneamento, respetivamente, foram as seguintes:

	2015	2014	2013
Água	3,72%	3,41%	3,52%
Saneamento	3,85%	3,64%	3,63%

c) Ativos e Passivos por Impostos Diferido e Imposto sobre o Rendimento do Período

c.1) Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

Os Ativos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos ativos e passivos da Empresa.

Os Ativos por Impostos Diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os Passivos por Impostos Diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos Ativos e Passivos por Impostos Diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço; e
- Reflete as consequências fiscais que se seguem da forma como a empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

c.2) *Imposto sobre o Rendimento*

O Imposto sobre o Rendimento do Período engloba os impostos correntes e diferidos do exercício.

O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor a que está sujeita a empresa.

A empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21%, acrescida da Derrama até à taxa máxima de 1,5% sobre o Lucro Tributável.

Os prejuízos fiscais até 2009 são reportáveis durante um período de seis anos, entre 2010 e 2011 por um período de quatro anos, e a partir de 2012 por um período de cinco anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

Adicionalmente, a partir de 1 de janeiro de 2012, a dedução de prejuízos fiscais, incluindo os prejuízos fiscais apurados antes de 1 de janeiro de 2012, será limitada a 70% do lucro tributável apurado no exercício em que seja realizada a dedução.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, em situação lucro fiscal, e de seis anos em situação de prejuízo (cinco para a segurança social).

O Conselho de Administração da Águas de Alenquer, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2015.

d) *Inventários*

As matérias subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é geralmente inferior ao respetivo valor de mercado, se o custo de aquisição for superior ao

respetivo valor de mercado será considerado uma imparidade pela diferença. Como método de custeio das saídas adotou-se o custo médio ponderado.

Relativamente à compra de água à Águas de Lisboa e Vale do Tejo, os volumes aduzidos ao sistema são valorizados a preço de custo, conforme tarifário aprovado para o Sistema Multimunicipal por despacho de Sua Excelência o Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia. Os encargos associados à exploração das captações de água municipais em exploração pela Águas de Alenquer encontram-se valorizados e refletidos nos custos de exploração.

e) Clientes

As contas a receber de Clientes são mensuradas ao custo líquido de imparidades.

A imparidade é determinada com base em critérios económicos relativamente aos ativos de contratos rescindidos, em relação aos contratos ativos é utilizado o critério económico e da mora.

f) Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

g) Outras Contas a Receber

Os montantes incluídos nesta rúbrica correspondem essencialmente a valores a faturar a terceiros por gastos suportados devido a incrustação de calcário na rede.

Os saldos constantes nesta rubrica encontram-se valorizados ao custo.

h) Caixa e Bancos

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;

i) Diferimentos Ativos e Passivos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

j) Rubricas dos Capitais Próprios

j.1) Capital Realizado

O capital social encontra-se totalmente realizado à data das demonstrações financeiras.

j.2) Outros Instrumentos de Capital Próprio

Esta rubrica inclui Prestações Acessórias que foram efetuadas pelos acionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das Prestações Suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC) e apesar de não terem prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso o total do Capital Próprio não ficar inferior à soma do Capital e da Reserva Legal (art.º 213 do CSC).

j3) Reservas Legais

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do Capital Social.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no Capital Social (art.º 296 do CSC).

k) Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo. A classificação em locação financeira depende da substância da transação e não da forma do contrato.

Os ativos fixos adquiridos mediante contratos de locação financeira, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes, e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na Demonstração dos Resultados do exercício.

Os contratos de locação são classificados como locações operacionais se através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo. A classificação em locação operacional depende da substância da transação e não da forma do contrato.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gastos na Demonstração dos Resultados do exercício.

l) Financiamentos Obtidos

Os financiamentos obtidos estão valorizados ao custo.

São também reconhecidos nesta rubrica os valores respeitantes a juros de suprimentos devidos aos Acionistas e não liquidados.

O reconhecimento em não corrente ou corrente advém da sua maturidade.

m) Outras Contas a Pagar

A conta da Câmara Municipal de Alenquer respeitante à retribuição a pagar à concedente referente a rendas futuras encontra-se registada ao custo, atualizado de acordo com o do fator de revisão previsto no Contrato de Concessão.

As restantes contas a pagar não vencem juros nem têm implícitos quaisquer juros pelo que estão mensuradas ao custo.

O reconhecimento em não corrente ou corrente advém da sua maturidade.

n) Fornecedores

As contas a pagar são reconhecidas ao custo.

o) Vendas e Prestação de Serviços

As Vendas e as Prestações de Serviço são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos financeiros e de quantidades concedidos.

O reconhecimento do rédito das prestações de serviços relacionadas com a tarifa volumétrica e a tarifa de disponibilidade de água, resulta do facto das leituras dos contadores instalados nos pontos de consumo não serem todas realizadas no último dia de cada mês, mas sim de dois em dois meses ao longo de todos os dias do mês. Esta estimativa é feita com base na faturação da tarifa e no acréscimo de dias que ficaram por faturar relativamente ao mês em causa.

Relativamente à tarifa volumétrica e de disponibilidade de saneamento aplica-se o mesmo critério.

O rédito da prestação de serviços relativo a ramais é reconhecido aquando da disponibilização do mesmo para exploração pelo valor constante no tarifário aprovado previamente pela Concedente para aquele exercício.

p) Trabalhos para a própria Entidade

São reconhecidos todos os gastos com a construção da infraestrutura da concessão assim como os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a construção de ativos, que levem um período significativo de tempo a ficarem preparados para o fim pretendido. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção do ativo e é interrompida após o início da utilização.

A fase de acabamento dos contratos de construção é determinada pela elaboração periódica de Autos de Medição de trabalhos que servem de base à faturação apresentada.

Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

q) Fornecimento e Serviços Externos

São registados em FSE – Subcontratos – todos os custos debitados por terceiros referentes a elaboração dos bens reversíveis.

r) Custo das Mercadorias Vendidas e Consumidas

O CMVC encontra-se mensurado ao custo.

s) Gastos com o Pessoal

Os gastos com o pessoal englobam remunerações fixas ou variáveis, atribuídas ao pessoal afeto à empresa, assim como as contribuições obrigatórias, quotizações sindicais e outros gastos com o pessoal, como seguros, fardamento e formação.

Os montantes incluídos nesta rubrica encontram-se valorizados ao custo.

t) Juros e Gastos similares suportados

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem:

- Juros bancários;
- Juros de Suprimentos

Os gastos financeiros de financiamentos obtidos quando relacionados com a elaboração de ativos intangíveis, que constituem o direito à concessão são capitalizados, fazendo parte desse direito. A capitalização destes custos começa após o início da preparação das atividades de elaboração do ativo e é interrompida com o final da execução do ativo, ou quando o projeto em causa se encontra suspenso.

u) Provisões

As provisões refletem as obrigações presentes da entidade, provenientes de acontecimentos passados cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

Esta rúbrica inclui uma provisão para investimento de substituição.

v) Outros Rendimentos e Ganhos

Os montantes incluídos nesta rubrica encontram-se valorizados ao justo valor e correspondem essencialmente rendimentos suplementares, débito de gastos com calcário e indemnização a receber pelo atraso na entrada em operação das infraestruturas da Águas de Lisboa e Vale do Tejo.

w) Outros Gastos e Perdas

Os outros gastos e perdas são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem essencialmente impostos, donativos, indemnizações e gastos relacionados com incrustações de calcário na rede.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

Para além das políticas referidas no ponto 3.1, a empresa adota supletivamente o disposto na IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços e da SIC 29 – Divulgação - Acordos de Concessão de Serviços.

A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos acordos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo que tem sobre os ativos da concessão.

3.3 *Juízos de valor (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:*

Vidas úteis dos Ativos Fixos Tangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos setores em que a empresa opera.

3.4 *Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte):*

Não se espera qualquer risco de provocar ajustamento material.

3.5 *Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte):*

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível.

Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

3.6 *Imparidade das contas a receber*

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir a divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

4. Fluxos de Caixa

4.1 Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Todos os saldos incluídos em caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso à data das demonstrações.

4.2 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

A rubrica de Caixa e Bancos no Balanço decompõem-se da seguinte forma:

	2015	2014
Caixa	16.835	1.613
Depósitos à ordem	1.793.336	160.083
Caixa e seus equivalentes	1.810.172	161.696
Depósitos a prazo	0	690.000
Caixa e Depósitos Bancários	1.810.172	851.696

Os montantes considerados em caixa e depósitos à ordem destinam-se a satisfazer compromissos de curto prazo.

Relativamente aos depósitos a prazo, existem restrições de utilização e não se destinam a satisfazer compromissos de curto prazo.

As restrições de utilização estão relacionadas com o estipulado no ponto 2 do apêndice III do Contrato de Abertura e Movimentação de Contas (Anexo XIII do Contrato de Financiamento).

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Durante o exercício corrente não houve qualquer alteração às NCRF em vigor, pelo que não foi adotada nenhuma nova norma contabilística. Por outro lado, a empresa, não procedeu voluntariamente a qualquer alteração de política contabilística durante o exercício corrente.

A nível de estimativas contabilísticas, não houve também qualquer alteração com efeitos nem no período corrente nem em futuros períodos.

Não foram igualmente detetados no exercício corrente quaisquer erros ou omissões de períodos anteriores.

6. Partes Relacionadas

6.1 Relacionamentos com empresas-mãe

A 31 de Dezembro de 2015, as pessoas coletivas que detêm a maioria do capital social subscrito da empresa são:

- AGS – Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, S.A. (39,9997%)
Sede: Lagoas Park, Edifício 6 - Piso 0A, Porto Salvo, Oeiras;
- Aquapor – Serviços, S.A. (39,9997%)
Sede: Av. Marechal Gomes da Costa, 33, 1ªA, Lisboa
- Ecobrejo – Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente S.A. (20%)
Sede: Estrada do Tojal, Km1, Ferraria, Porto de Mós

6.2 Remunerações do pessoal chave da gestão

A empresa suportou gastos diretamente relacionados com o pessoal da gestão no montante de 97.515 €, valor debitado pelo acionista Aquapor Serviços, SA e que se encontra refletido na rubrica de FSE – Honorários.

6.3 Saldos e Transações entre partes relacionadas:

a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

A natureza do relacionamento com as partes relacionadas é a seguinte:

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Partes Relacionadas	Natureza do Relacionamento	
	Serviços que presta/ Transações que faz	Serviços que recebe/ Transações que recebe
AGS – Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, S.A.		Exploração Sistemas Elevatórios Financiamento Venda Bens de Investimento Equipamento Micro Produção Energia
Aquapor – Serviços, S.A.		Cedência Administrador Executivo Financiamento Assistência Comercial
Ecobrejo – Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente S.A.		Controlo Custos de Obra
Luságua – Gestão de Águas, S.A.		Controlo Analítico Manutenção Equipamento
Pragosa Ambiente, S.A.		Limpeza Rede Saneamento Gestão de resíduos
Construções Pragosa, S.A.		Venda Bens de Investimento

[Handwritten signature in blue ink]

b) Transações e saldos pendentes:

- i) Quantia das transações:
- iii) Ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados com a quantia dos saldos pendentes:
- iv) Gastos reconhecidos durante o período a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas:

		Prestação serviços Intragrupo	Aquisição serviços Intragrupo	Contas a Receber	Contas a Pagar
Ags	2015	-	372.081	-	1.491.524
	2014	-	164.536	-	1.098.016
Aquapor	2015	-	200.943	605	1.216.891
	2014	-	260.169	605	1.022.145
Ecobrejo	2015	-	30.000	-	304.601
	2014	-	30.000	-	267.138
Luságua	2015	-	48.774	-	363.214
	2014	-	236.077	-	360.941
Pragosa Ambiente	2015	-	138.857	229	268.938
	2014	89	139.101	229	140.453
Construções Pragosa	2015	3.558	-	2.979	-
	2014	-	-	2.884	-

7. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis englobam essencialmente o Direito da Concessão, que representa o direito de explorar as infraestruturas colocadas à disposição pela concedente, e de construir novas infraestruturas assim como explorá-las e cobrar aos utilizadores pelo serviço prestado.

Com a assinatura do contrato de concessão a AdA comprometeu-se a efetuar investimentos, nomeadamente em infraestruturas de água e saneamento no concelho de Alenquer. Estes investimentos no final da concessão revertem a favor da concedente sem quaisquer custos ou ônus.

Esta construção, de acordo com a IFRIC 12 e a NCRF 19 foi reconhecida:

- Em rendimentos e gastos, pelos serviços de construção e valorização; e
- Em ativos intangíveis, na parte referente aos serviços de construção acrescido dos encargos financeiros atribuíveis aos investimentos acordados capitalizados durante a fase de construção.

Adicionalmente o direito de concessão incorpora:

- (I) O justo valor dos bens colocados à disposição pela concedente, sob o valor da retribuição a pagar à concedente,
- (II) Os gastos iniciais de arranque da concessão.

Os ativos são registados ao custo de aquisição acrescidos dos gastos financeiros ocorridos durante a sua elaboração.

7.1 Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis

a) Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas e, se forem finitas, as vidas úteis ou as taxas de amortização usadas;

Todos os Ativos Intangíveis têm vida finita sendo as mesmas definidas desde a sua disponibilização para exploração até ao final do contrato de Concessão. Neste caso, o prazo máximo de vida útil será 30 anos. O plano de investimentos ficou concluído em 2008, com exceção de um reservatório.

b) Métodos de amortização usados para ativos intangíveis com vidas úteis finitas

O método de amortização do ativo intangível é conforme o descrito na nota 3.1b. O gasto com amortizações de ativos intangíveis é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização

c) A quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada (agregada com as perdas por imparidade acumuladas) no começo e fim do período

Ver quadro alínea e) do presente parágrafo.

d) Os itens de cada linha da demonstração dos resultados em que qualquer amortização de ativos intangíveis esteja incluída

As amortizações dos Ativos Intangíveis estão refletidos na Demonstração dos Resultados por Naturezas na linha denominada "Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

e) Uma reconciliação da quantia escriturada no começo e fim do período que mostre separadamente as adições, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas por imparidade e outras alterações

	31.12.13	Aumentos	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2014	Aumentos	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2015
Custo											
Direito da Concessão	22.529.414	52.579				22.581.993	36.164				22.618.156
Logótipo	1.700					1.700					1.700
Outros Ativos Intangíveis	143.503					143.503					143.503
	22.674.618	52.759	0	0	0	22.727.196	36.164	0	0	0	22.763.360
Amortizações / Imparidade											
Direito da Concessão	4.130.557	659.446				4.790.003	678.592				5.468.595
Logótipo	1.700					1.700					1.700
Outros Ativos Intangíveis	134.083	4.792				138.875	3.462				142.336
	4.266.339	664.238				4.930.577	682.054				5.612.632
	18.408.278	-611.660	0	0	0	17.796.619	-645.890	0	0	0	17.150.728

A rubrica Outros ativos intangíveis engloba programas de computador e a certificação em qualidade da empresa.

7.2 Descrição, quantia escriturada e período de amortização restante de qualquer ativo intangível individual materialmente relevante para as demonstrações financeiras

Ver quadro da alínea e) do ponto 7.1.

7.3 Existência e quantias escrituradas de ativos intangíveis cuja titularidade está restringida e as quantias escrituradas de ativos intangíveis dados como garantia de passivos

A infraestrutura utilizada na exploração da concessão (pela qual a empresa prestou serviços ao concedente, recebendo em troca o direito de cobrar aos utentes), será transferida no final da concessão, para o concedente a título gratuito, sem qualquer contrapartida.

7.4 **Quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos intangíveis**

No processo do concurso da concessão a Empresa assumiu compromissos com um Agrupamento Complementar, subcontratando-as para os serviços relacionados com a prestação de serviços de construção de infraestruturas.

Os referidos compromissos já se encontram cumpridos.

8. **Ativos Fixos Tangíveis**

8.1 **Divulgações sobre ativos fixos tangíveis.**

a) **Bases de mensuração usados para determinarem a quantia escriturada bruta;**

As bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta encontram-se descritas na alínea a) do parágrafo 3.1.

b) **Métodos de depreciação usados;**

Os métodos de depreciação usados encontram-se descritos na alínea a) do parágrafo 3.1.

c) **Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas;**

As taxas de depreciação usadas encontram-se descritas na alínea a) do parágrafo 3.1.

d) **Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período; e**

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período encontra-se apresentada no Quadro da alínea e) do presente parágrafo.

e) **Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.**

	31.12.2013	Aumentos	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2014	Aumentos	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2015
Custo											
Edifícios e Outras Construções	133.400					133.400					133.400
Equipamento Básico	599.480	23.243				622.723	42.719				665.442
Equipamento Transporte	98.063					98.063					98.063
Equipamento Administrativo	157.055	3.738				160.793	18.539				179.332
Outros Ativos Fixos Tangíveis	203.693	36.309				240.002	28.415				268.417
	1.191.691	63.289	0	0	0	1.254.981	89.674	0	0	0	1.344.654
Amortizações											
Imparidade											
Edifícios e Outras Construções	120.365	3.808				124.173	626				124.798
Equipamento Básico	477.893	40.369				518.262	37.693				555.955
Equipamento Transporte	65.388	15.825				81.213	15.139				96.352
Equipamento Administrativo	145.533	3.971				149.504	7.139				156.644
Outros Ativos Fixos Tangíveis	125.921	36.810				162.732	35.668				198.400
	935.100	100.783	0	0	0	1.035.883	96.265	0	0	0	1.132.148
	256.591	-37.494	0	0	0	219.098	-6.591	0	0	0	212.506

8.2 Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de um custo de outros ativos, durante um período

Ver quadro na alínea e) no ponto 8.1.

Esta depreciação não foi incluída como parte do custo de outros ativos tendo sido integralmente reconhecida em resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

8.3 Depreciação acumulada no final do período

Ver quadro na alínea e) no ponto 8.1.

9. Inventários

9.1 Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e respectivas fórmulas de custeio usadas encontram-se descritas na alínea d) do parágrafo 3.1.

9.2 Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

A quantia total escriturada de inventários encontra-se no quadro seguinte:

Inventários	2015	2014
Matérias Subsidiárias e de Consumo		
Contadores	15.117	16.390
Material Hidráulico Diverso	58.426	50.493
	<u>73.543</u>	<u>66.883</u>

No que se refere ao inventário de água, não se considera qualquer valor porquanto, quando foi iniciada a concessão, os reservatórios continham água que não foi objeto de faturação por parte da CMA, tendo sido assumido que no final da concessão a água que existir nos reservatórios também não será objeto de faturação à CMA. Assim, e porque o inventário existente a 31 de dezembro de cada ano não será substancialmente diferente daquele que existia no início da concessão, não se procede à contagem da água existente. O valor relativo à compra de água reflete-se como gasto do período.

9.3 Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:

Inventários	Matérias-primas	Mat. Sub. e de Consumo	Total
Existências em 01-01-2014	0	-66.875	-66.875
Compras	-1.876.445	-104.113	-1.980.558
Regularização Existências	0	0	0
Existências em 31-12-2014	0	66.883	66.883
	<u>-1.998.802</u>	<u>-104.104</u>	<u>-1.980.549</u>
Existências em 01-01-2015	0	-66.883	-66.883
Compras	-1.884.965	-117.916	-2.002.881
Regularização Existências	0	0	0
Existências em 31-12-2015	0	73.543	73.543
	<u>-1.884.965</u>	<u>-111.256</u>	<u>-1.996.221</u>

10. Contratos de construção

A Empresa subcontrata a prestação de serviços de construção de infraestruturas reconhecendo nas suas demonstrações o gasto e o crédito aquando o débito por parte dos terceiros.

10.1 Quantia do crédito do contrato reconhecida como crédito do período

As quantias registadas no período foram as seguintes:

Trabalhos para própria entidade	2015	2014
Direito de Concessão (Rede água e saneamento)	31.478	52.579
Montagem de contadores na rede – Realizados internamente	39.528	17.864
	<u>71.006</u>	<u>70.443</u>

10.2 Métodos usados para determinar o rédito do contrato reconhecido no período

O reconhecimento do rédito é feito ao justo valor com base na percentagem de acabamento.

10.3 Métodos usados para determinar a fase de acabamento dos contratos em curso

A fase de acabamento dos contratos em curso, mede-se pelo seu reconhecimento em prestações de serviços por contrapartida de ativos intangíveis.

II. Rédito

11.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços encontram-se descritos na alínea o) do parágrafo 3.1.

11.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

a) Venda e Prestação de Serviços

As vendas e prestações de serviços registadas no exercício dividem-se da seguinte forma:

Vendas e Prestação de Serviços	2015	2014
Venda de Água	2.677.414	2.535.469
Prestação de Serviços – Água	1.652.482	1.666.492
Prestação de Serviços – Saneamento	2.982.086	2.967.395
Prestação de Serviços – Ramais	28.090	9.443
	<u>7.340.072</u>	<u>7.178.799</u>

A prestação de serviços de água engloba uma tarifa fixa; uma tarifa de disponibilidade em função do tipo de cliente e calibre do contador instalado; uma tarifa de ligação à rede, e uma tarifa de construção de ramais de água para clientes não-domésticos.

A prestação de serviços de saneamento engloba uma tarifa de disponibilidade, assim como as tarifas volumétricas de saneamento, limpeza e desobstrução de fossas, e tarifas de ligação e desobstrução de ramais de saneamento.

b) Juros

A Empresa auferiu juros dos clientes por atraso de pagamento das faturas, conforme mencionado na nota 15.5.

Rédito de Juros	2015	2014
Juros de mora	279.078	3.426

12. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

12.1 Provisões

Foi constituída em 2011, uma provisão para Investimento de Substituição Futuro no montante de 3.338.869 euros, de acordo com o plano de investimentos. Em 2012 verificou-se uma reversão dessa mesma provisão no montante de 74.927, de 60.699 em 2013, de 47.412 em 2014 e de 111.397 em 2015.

	Provisões
Saldo em 01.01.2014	3.203.243
Utilizações	-47.412
Saldo em 31.12.2014	3.155.830
Utilizações	-111.397
Saldo em 31.12.2015	3.044.333

13. Acontecimentos após a data do balanço

13.1 Autorização para emissão

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou

A data em que as demonstrações financeiras estão autorizadas para emissão foi 18 de março de 2016.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração da Empresa.

b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.

Nos termos do art.º 68 do CSC, a Assembleia Geral de Acionistas pode recusar a proposta dos membros da Administração relativa à aprovação das contas desde que delibere, motivadamente, que se proceda à elaboração total de novas contas ou à reforma, em pontos concretos, das apresentadas.

Nos oito dias seguintes à deliberação que mande elaborar novas contas ou reformar as apresentadas, os membros da Administração podem requerer inquérito judicial, em que se decida sobre a reforma das contas apresentadas, a não ser que a reforma deliberada incida sobre juízos para os quais a lei não imponha critérios.

13.2 Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço

Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Após a data do balanço não foram recebidas informações acerca das condições que existiam à data do balanço que originassem atualizações, quer das demonstrações financeiras quer das divulgações.

13.3 Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos

Para cada categoria material de tais acontecimentos:

- a) Natureza do acontecimento;
- b) Estimativa do efeito financeiro (ou declaração de que tal estimativa não pode ser feita).

Não ocorreram acontecimentos após a data do balanço que não tenham dado lugar a ajustamentos.

14. Imposto sobre o rendimento

14.1 Divulgação separada dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de impostos

a) O Gasto (rendimento) por impostos correntes

Imposto	2015	2014
Imposto Corrente		
IRC do ano	4.310	254.920
	4.310	254.920
Imposto Diferido		
Reversão por diferenças temporárias	-180.319	-100.371
	-176.008	154.549

b) Quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos relacionada com a origem e reversão de diferenças temporárias

Ver quadro na alínea a) deste ponto.

14.2 Relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico (em uma ou em ambas das seguintes formas):

- a) Reconciliação numérica entre gasto (rendimento) de impostos e o produto de lucro contabilístico multiplicado pela (s) taxa (s) de imposto aplicável (eis) e indicação da base pela qual a taxa (s) de imposto aplicável(eis) é (são) calculada(s);ou
- b) Reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável, e indicação da base pela qual é calculada a taxa de imposto aplicável.

	Base de Imposto		Taxa de Imposto	
	2015	2014	2015	2014
Resultado antes de impostos	-580.960	473.299		
Variações patrimoniais	0	362.848		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	22,5%	24,5%		
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	0	115.958	22,5%	24,5%
<u>Proveitos não tributáveis</u>				
Ajustamentos decorrentes aplicação justo valor	267.773	0		
Reversão de perdas por imparidade tributadas	31.390	0		
Reversão de provisões tributadas	111.397	47.412		
	410.560	47.412		
<u>Custos não dedutíveis para efeitos fiscais</u>				
Perdas por imparidade em créditos tributadas	0	80.220		
Multas, coimas, juros compensatórios	2.942	889		
Provisões e perdas por imparidade	107.667	105.365		
IRC e outros impostos	0	0		
Outros	5.274	43.136		
	115.883	229.610		
Lucro tributável	0	1.018.345		
Prejuízo Fiscal	875.637	0		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal (s/ derrama)	21,00%	23,00%		
Imposto calculado	0	234.219	0	28,01%
Tributação autónoma	4.310	5.425	0,74%	0,65%
Derrama	0	15.275	0-	1,5%
Imposto sobre o rendimento	4.310	254.920	0,74%	30,49%

14.3 Por cada tipo de diferença temporária e com respeito a cada tipo de perdas por impostos não usadas e créditos por impostos não usados:

a) Quantia de activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no Balanço para cada período apresentado:

	Contas de Balanço		Contas DR	
	2015	2014	2015	2014
Impostos Diferidos Ativos				
Diferenças Temporais				
Provisão Investimento Substituição Futuro	60.491	64.056	-3.565	11.473
Prejuízos Fiscais	183.884	0	183.884	0
	<u>244.375</u>	<u>64.056</u>	<u>180.319</u>	<u>11.473</u>
			<u>180.319</u>	<u>11.473</u>

b) Quantia de rendimentos ou gastos por impostos diferidos reconhecidos na demonstração dos resultados (se tal não for evidente das alterações das quantias reconhecidas no balanço)

Ver quadro na alínea a) deste ponto

14.4 Natureza das potenciais consequências do imposto sobre rendimento que resultariam do pagamento de dividendos aos acionistas

O pagamento de dividendos aos acionistas não tem quaisquer consequências no imposto sobre o rendimento constante das demonstrações financeiras, nem a nível de taxas aplicáveis nem a nível de reembolsos de impostos já pagos

14.5 Quantias das potenciais consequências do imposto sobre rendimento praticamente determináveis e existência ou não de quaisquer potenciais consequências no imposto de rendimento não praticamente determináveis

Dado que, o pagamento de dividendos aos acionistas não tem quaisquer consequências no imposto sobre o rendimento constante das demonstrações financeiras, não há lugar à divulgação de quaisquer quantias (determináveis, ou não, em termos práticos) relativas às potenciais consequências no imposto sobre o rendimento relacionado.

15. Instrumentos financeiros

15.1 Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contábilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras

As bases de mensuração e outras políticas contábilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras encontram-se descritas nas seguintes alíneas do parágrafo 3.1:

- ✓ Alínea e) – Clientes
- ✓ Alínea g) – Outras Contas a Receber
- ✓ Alínea h) – Caixa e Bancos
- ✓ Alínea k) – Locações
- ✓ Alínea l) – Financiamentos Obtidos
- ✓ Alínea m) – Contas a Pagar
- ✓ Alínea n) – Fornecedores

15.2 Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria

a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade são os indicados no quadro seguinte:

Ativos Financeiros	2015	2014
Clientes	2.467.903	2.312.114
Outras Contas a receber	1.374.885	1.351.740
Caixa e depósitos bancários	1.810.172	851.696

Os Clientes decompõem-se da seguinte forma:

Clientes	2015	2014
Clientes gerais	2.526.055	2.301.295
Trabalhos efetuados não faturados	497.098	490.380
Perdas imparidade acumuladas	-555.250	-479.561
	<u>2.467.903</u>	<u>2.312.114</u>

O movimento ocorrido na imparidade do exercício relativamente a clientes foi o seguinte:

	Imparidade
Saldo em 01.01.2014	343.952
Reforço do ano	135.609
Utilizações	0
Reversões	0
Saldo em 31.12.2014	<u>479.562</u>
Reforço do ano	75.689
Utilizações	0
Reversões	0
Saldo em 31.12.2015	<u>555.250</u>

As Outras Contas a Receber decompõem-se da seguinte forma:

Ativos Financeiros	2015	2014
Outras Contas a receber		
Gastos com calcário	818.950	779.009
Indemnização a receber	383.550	383.550
Outros	172.385	189.181
	<u>1.374.885</u>	<u>1.351.740</u>

O montante incluído nesta rubrica refere-se essencialmente a gastos suportados como resultado das incrustações de calcário existentes na rede, assim como gastos suportados com a construção de condutas, cuja responsabilidade é de terceiros.

b) Passivos financeiros mensurados ao custo

Passivos Financeiros	2015	2014
Passivos Não Correntes		
Financiamento Obtidos	2.700.506	3.927.689
Outras contas a pagar		
Retribuição à Concedente	274.026	291.526
Passivos Correntes		
Financiamento Obtidos	1.236.948	1.240.458
Fornecedores	10.783.884	8.627.225
Outras contas a pagar	797.752	593.616
Fornecedores de investimento	114.785	70.336
Retribuição à concedente	17.500	17.500
Credores por acréscimo gastos	342.770	70.891
C.M.A._RSU	309.730	426.232
Diversos	12.967	8.657

Os financiamentos obtidos não correntes englobam financiamentos bancários e de acionistas, no montante de 2.460.000 euros e 240.506 euros respetivamente.

Os financiamentos obtidos correntes referem-se a financiamentos bancários, no âmbito do projecto de financiamento da CGD/Caixa BI.

Os financiamentos bancários obtidos vencem juros semestralmente à taxa Euribor a 6 meses acrescida de 1,5% de *spread*.

Na rubrica credores por acréscimo de gastos, estão incluídos 275.000. euros de encargos com custas judiciais a suportar, pelo processo judicial com a Águas de Lisboa e Vale do Tejo.

c) Ativos financeiros para os quais foi reconhecida imparidade, com indicação, para cada uma das classes, separadamente, i) a quantia contabilística que resulta da mensuração ao custo ou ao custo amortizado e ii) a imparidade acumulada

Os Ativos financeiros para os quais foi reconhecida imparidade são os constantes no quadro da alínea b) deste ponto.

15.3 Situações de incumprimento para empréstimos contraídos reconhecidos à data do balanço

Não ocorreram situações de incumprimento para os empréstimos contraídos reconhecidos à data do balanço.

15.4 Incumprimento, durante o período, dos termos de contratos de empréstimo além dos referidos no parágrafo anterior (divulgar a informação exigida no parágrafo anterior, se tais incumprimentos permitem ao credor exigir pagamento acelerado, a menos que os incumprimentos tenham sido sanados, ou os termos do compromisso renegociados, até à data do balanço)

Não ocorreram situações de incumprimento que permitissem aos credores exigir pagamento acelerado.

15.5 Ganhos líquidos e perdas líquidas reconhecidas

Ganhos e perdas de financiamento	2015	2014
Ganhos		
Juros de Depósitos	463	4.705
Juros de mora	10.842	3.426
Outros ganhos financeiros	267.773	-
	<u>279.078</u>	<u>8.131</u>
Perdas		
Juros de financiamento obtidos	-75.378	-108.618
Juros de mora	-1.464.232	-81.780
Outros	-11.067	-11.649
	<u>-1.550.678</u>	<u>-202.047</u>
	<u><u>-1.271.599</u></u>	<u><u>-193.916</u></u>

A empresa no ano 2015 não capitalizou quaisquer encargos com financiamento.

Na rubrica outros ganhos financeiros, estão incluídos 267.773 euros, resultantes da atualização da dívida com a Água de Lisboa e Vale do Tejo, na sequência do acordo de pagamentos celebrado. A atualização tem implícita uma taxa de desconto de 0,96%.

15.6 Quantia de perda por imparidade reconhecida para cada uma das classes de ativos financeiros

A quantia de perda por imparidade reconhecida por cada classe de ativo financeiro encontra-se espelhada no quadro da alínea a) do ponto 15.2.

Instrumentos de capital próprio:

15.7 Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização

O Capital Social Nominal da empresa ascende a 1.500.000€ e encontra-se totalmente realizado.

15.8 Número de ações representativas do capital social, respetivas categorias e valor nominal

O Capital Social da Empresa é constituído por 300.000 ações nominativas com valor nominal de 5€ cada.

15.9 Reconciliação, para cada classe de ações, entre o número de ações em circulação no início e no fim do período.

Não existem ações em circulação nem ações próprias.

15.10 Quantias de aumentos de capital realizados no período e a dedução efetuada como custos de emissão

Não foram efetuados aumentos de capital no período.

15.11 Indicação das quantias de outros instrumentos de capital próprio.

Os outros instrumentos de capital próprio ascendem a 2.929.135 euros e correspondem prestações acessórias efetuadas pelos acionistas.

Em 2015 houve um reforço de 239.135 euros.

16. Divulgações exigidas por diplomas legais

16.1 Divulgação exigida pelo n.º 2 do art.º 66 – A do CSC

Honorários totais faturados durante o exercício financeiro pelo revisor oficial de contas ou pela sociedade de revisores oficiais de contas relativamente à revisão legal das contas anuais, e os honorários totais faturados relativamente a outros serviços de garantia de fiabilidade, os honorários totais faturados a título de consultoria fiscal e os honorários totais faturados a título de outros serviços que não sejam de revisão ou auditoria.

	2015	2014
Honorários pela Revisão Legal de Contas	7.400	7.400

17. Outras informações

17.1 Estado e Outros Entes Públicos

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

Estado e Outros entes Públicos	2015	2014
Saldos a receber		
Imposto sobre o Rendimento	217.084	54.926
Imposto sobre Valor Acrescentado	50.363	63.380
	<u>267.447</u>	<u>118.306</u>
Saldos a pagar		
Retenção Imposto sobre Rendimento	-4.726	-5.646
Segurança Social	-8.522	-8.830
Tributos Autarquias Locais	-2.879	-4.866
Taxa recursos Hídricos	-83.511	-94.423
	<u>-99.638</u>	<u>-113.765</u>

A taxa de recursos hídricos, visa compensar o benefício que resulta da utilização privativa do domínio público hídrico, o custo ambiental inerente às atividades suscetíveis de causar um impacto significativo nos recursos hídricos, bem como os custos administrativos inerentes ao planeamento, gestão, fiscalização e garantia da quantidade e qualidade das águas.

A taxa de recursos hídricos é cobrada aos clientes e entregue à empresa fornecedora de água e saneamento, Águas de Lisboa e Vale do Tejo, e à ARH Tejo na componente referente às captações próprias.

17.2 Diferimentos

A rubrica de gastos a reconhecer descreve-se da seguinte forma:

Diferimentos	2015	2014
Rendas	3.332	3.330
Comissões	12.079	12.003
	15.411	15.333

O montante incluído em comissões refere-se a despesas de comissão de agenciamento debitadas pela Caixa BI, relacionadas com o contrato de financiamento. O valor das referidas comissões foi debitado em novembro e corresponde ao período entre 17 de novembro de 2015 e 17 de maio de 2016.

17.3 Fornecimentos e Serviços Externos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Fornecimento e Serviços Externos	2015	2014
Subcontratos	-1.897.634	-1.945.391
Manutenção Rede Água	-10.215	-12.974
Tratamento Efluentes	-1.330.013	-1.420.417
Outros	-557.407	-512.000
Serviços Especializados	-980.247	-921.341
Trabalhos Especializados	-735.372	-704.742
Publicidade e Propaganda	-828	-2.801
Vigilância e Segurança	-3.615	-1.549
Honorários	-100.676	-97.515
Conservação e Reparação	-68.555	-45.283
Serviços Bancários	-58.545	-58.886
Outros Serviços	-12.655	-10.564
Materiais	-14.395	-13.074
Energia e Fluidos	-232.884	-245.499
Deslocações Estadas e Transporte	-7.626	-7.369
Serviços Diversos	-175.253	-195.536
Rendas e Alugueres	-102.409	-108.627
Comunicação	-30.148	-26.217
Seguros	-33.238	-50.542
Contencioso e Notariado	-858	-1.032
Despesas de Representação	-711	-1.754
Limpeza Higiene e Conforto	-7.890	-7.364
	-3.308.039	-3.328.210

A rubrica de trabalhos especializados engloba: gastos com assistência técnica, contabilidade, revisão oficial de contas, gastos de faturação e cobrança, serviços de advocacia e serviços de assessoria especializada.

17.4 Outros Rendimentos e Ganhos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Outros Rendimentos e Ganhos	2015	2014
Rendimentos Suplementares	181.302	185.886
Fornecimento de Energia	21.728	17.811
Diversos	159.574	168.075
Outros	29.607	46.484
Descontos Pronto Pag. Obtidos	0	479
Débito de Gastos com Calcário	28.169	30.274
Indem.Seguro Responsabilidade Civil	0	7.883
Diversos	1.438	7.848
	210.909	232.370

Em resultado das incrustações de calcário existentes na rede, a empresa incorre anualmente em diversos gastos operacionais e de substituição não previstos. Por resultarem de danos na infraestrutura anteriores à Concessão, o montante igual aos gastos suportados no ano têm sido considerado como outros rendimentos e ganhos, como responsabilidade a imputar a outros terceiros. Este montante encontra-se registado em outros acréscimos de rendimentos.

17.5 Outros Gastos e Perdas

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Outros Gastos e Perdas	2015	2014
Impostos	-1.106	-168
Outros	-290.604	-50.254
Quotizações	-576	-752
Multas e Penalidades	-2.283	-843
Indemnizações por sinistro	-7.472	-5.523
Diversos	-280.274	-43.136
	-291.710	-50.422

Na rubrica outros, estão incluídos 275.000 Euros de encargos com gastos judiciais a suportar, pelo processo judicial com a Águas de Lisboa e Vale do Tejo.

17.6 Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização	2015	2014
Ativos Tangíveis	-96.265	-100.783
Ativos Intangíveis	-682.054	-664.238
	-778.319	-765.021

17.7 Juros e Gastos Similares Suportados

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Juros e Gastos similares Suportados	2015	2014
Juros empréstimos bancários	-75.378	-108.618
Juros de Suprimento	-2.817	-3.139
Juros de mora	-1.464.232	-81.780
Outros Juros	-8.250	-8.510
	-1.550.678	-202.047

17.8 Juros e Rendimentos Similares Obtidos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Juros e Gastos similares Obtidos	2015	2014
Juros depósitos bancários	463	4.705
Juros de mora	10.843	3.426
Outros	267.773	0
	279.078	8.131

Na rubrica outros os 267.773 euros, referem-se à atualização da dívida com a Água de Lisboa e Vale do Tejo, na sequência do acordo de pagamentos celebrado. A actualização tem implícita uma taxa de desconto de 0,96%.

17.9 Gastos com o Pessoal

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Gastos com o Pessoal	2015	2014
Remunerações do Pessoal	-465.150	-461.671
Encargos sobre Remunerações	-92.526	-97.956
Seguros	-16.671	-20.989
Outros	-18.419	-21.382
	<u>-592.767</u>	<u>-601.998</u>

17.10 Garantias Prestadas

A empresa prestou as seguintes garantias bancárias:

- À Câmara Municipal de Alenquer, uma garantia de 1.675.000 euros;
- À EP – Estradas de Portugal, S.A., por obras realizadas em estradas nacionais durante a realização do Plano de Investimentos, no valor de 5.000 euros.

17.11 Risco Financeiro

O risco financeiro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro variarem e virem a obter-se resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando o valor patrimonial da empresa.

No desenvolvimento das suas atividades correntes, a empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros suscetíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- (I) Risco de crédito
- (II) Risco de liquidez

A gestão dos riscos acima referidos – riscos que decorrem, em grande medida, da imprevisibilidade dos mercados financeiros - exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias aprovadas pela administração, cujo objetivo último é a minimização do seu potencial impacto negativo no valor patrimonial e no desempenho da empresa.

Com este objetivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e *cash flows* sujeitos a situações de risco;
- Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos anuais.

Por regra, a empresa não assume posições especulativas, pelo que, geralmente, as operações efetuadas no âmbito da gestão de riscos financeiros têm por finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais a empresa se encontra exposta.

A Administração define princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas como o risco da taxa de juro, o risco de liquidez e o risco de crédito.

A gestão dos riscos financeiros, incluindo a sua identificação, avaliação e cobertura, é conduzida pela Direção Financeira de acordo com políticas aprovadas pela Administração.

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro, originando uma perda.

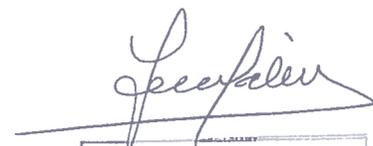
A empresa encontra-se sujeita a risco de crédito no que concerne às seguintes atividades:

- Atividade Operacional – Clientes e Outras Contas a Receber.
- Atividade de Financiamento – Depósitos em Bancos e Instituições Financeiras.

A gestão do risco de crédito relativo a clientes e outras contas a receber é efetuada da seguinte forma:

- Seguindo políticas, procedimentos e controlos estabelecidos pela empresa;
- Os valores em dívida são mensalmente monitorizados

A gestão do risco de crédito relativo a saldos em bancos e instituições financeiras é efetuada pela Direção Financeira e pela Administração da empresa.



SÉRGIO M. S. MALINO
T. O. C. 25368
Contrib. N.º 194 191 052

[Handwritten signature]



11.

Relatório e
parecer do
conselho fiscal

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto na alínea g) do artº. 420 do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de AdA - Águas de Alenquer, S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

No decurso do exercício, acompanhámos a atividade da Empresa tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da Empresa;
- Estivemos disponíveis para receber as comunicações de irregularidades provenientes dos acionistas e dos colaboradores da Empresa;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei e do contrato de sociedade.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal das contas que efetuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas, com uma reserva e sem ênfases.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

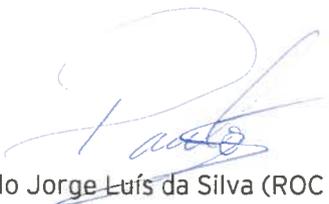
Procedemos à ação de fiscalização da AdA - Águas de Alenquer, S.A.. nos termos do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 31 de dezembro de 2015 cumpre com os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 31 de dezembro de 2015 satisfaz os requisitos previstos no Código nas Sociedades Comerciais;
- (c) O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 31 de dezembro de 2015, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis, se salvaguardada a reserva incluída na certificação legal das contas.

Lisboa, 23 de março de 2016

O Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº178)
Representada por:



Paulo Jorge Luís da Silva (ROC nº 1334)

[Handwritten signature]



12.

Certificação legal
de contas

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de AdA - Águas de Alenquer, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 23.617.199 Euros e um total de capital próprio de 4.680.012 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 404.951 Euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

7. Conforme referido na Nota 12, encontra-se reconhecido em Provisões, o montante de 3.044 milhares de Euros, referente ao investimento de substituição futuro, de acordo com o plano de investimentos. Este montante, assim como o ativo intangível correspondente não foram adequadamente atualizados, pelo que, em 31 de dezembro de 2015, o resultado líquido do exercício e os resultados transitados se encontram sobreavaliados em cerca 56 milhares de Euros (subavaliado em 71 milhares de Euros em 2014) e 117 milhares de Euros (188 milhares de Euros em 2014), respetivamente

Opinião

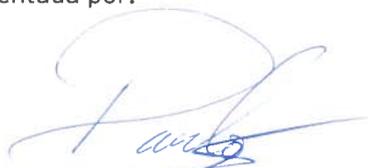
8. Em nossa opinião, exceto quanto ao efeito da situação descrita no parágrafo nº 7 acima, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira de AdA - Águas de Alenquer, S.A., em 31 de dezembro de 2015, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 23 de março de 2016

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:



Paulo Jorge Luís da Silva (ROC nº 1334)



AdA – Águas de Alenquer, S.A.

Rua Sacadura Cabral nº24 B R/C • 2580-371 Alenquer • Portugal

Tel.: + 351 263 731 210 • Fax: + 351 263 731 219

geral@aguasdealenquer.pt

www.aguasdealenquer.pt